# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A PARALISAÇÃO DO ATENDIMENTO DO MT SAÚDE, REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 48

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde a todos e a todas.

Esta Audiência Pública foi solicitada por mim, com a finalidade de discutir a situação da paralisação do atendimento do MT SAÚDE, plano de saúde voltado para os servidores públicos estaduais.

Nós gostaríamos de agradecer a presença de todas as autoridades, servidoras e servidores públicos.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a presente Audiência Pública.

Gostaríamos, neste momento, de convidar para compor a Mesa: Deputado Mauro Savi; Deputado Sérgio Ricardo; Sr. Geraldo de Vitto, Secretário de Estado de Administração; Sr. Yuri Bastos Jorge, Diretor-Presidente do MT SAÚDE; Dr. Luiz Augusto Moreira da Silva, Superintendente do SESI Vida; Drª Maria Cristina Pacheco, Presidente da Comissão de Honorários Médicos e Diretora do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso; Sr. Alberto Carvalho de Almeida, Presidente do Conselho Regional de Medicina.

Gostaríamos, ainda, de convidar para compor a Mesa o Sr. Hélio Lopes, representando o Sindicato dos Servidores Públicos.

Agradecemos a presença do Sr. Antônio Carlos, Secretário Adjunto da Casa Civil; Sr. Leonardo, Coordenador do SESI Vida; Sr. José Carlos Calegari, Presidente do Sindicato da SINFRA; Srª Adiles Antônia, Agente de Administração do MT SAÚDE; Srª Nicéia Rodrigues, Gerente de Assistência Social do MT SAÚDE; Srª Terezinha Seran, Assessora Pedagógica do Município de Primavera do Leste; Sr. Luiz Carlos Rondon, Presidente do Sindicato da PROSOL; Sr. Francisco Souza Filho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da EMPAER; Sr. Marco Antônio Bastos, representando o Sindicato da Assembléia Legislativa; Sr. Carlos Augusto Conceição Pinheiro, Presidente da Associação dos Servidores da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura; Sr. Márcio Gonçalo Maciel, Presidente da Associação do Poder Judiciário de Mato Grosso.

Agradecemos a presença dos funcionários do MT SAÚDE.

O objetivo desta Audiência Pública é porque há alguns dias, há menos de trinta dias, acompanhamos pela imprensa várias reclamações sobre a paralisação do atendimento por parte do MT SAÚDE. Desde a paralisação dos serviços médicos, os servidores estavam pagando, além daquilo que é descontado do seu salário por mês, da taxa mensal do plano, eram submetidos a pagar outras taxas nos hospitais, nos atendimentos.

Nós recebemos várias denúncias, não só aqui na Assembléia Legislativa, mas também via imprensa, em assembléia dos servidores da educação. Houve aqui no próprio plenário da Assembléia Legislativa vários Deputados que trouxeram essa questão. Houve uma reunião com o Yuri Bastos, para nos colocar a par do que estava ocorrendo. E nós sugerimos a realização desta

Audiência Pública que está sendo transmitida ao vivo, neste momento, pela TV Assembléia, canal 36.

Independente do número de pessoas que aqui compareceram, mesmo porque é um horário de trabalho, nós sabemos que muitos ficaram impossibilitados de participar, a Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo. Eu sei que há muitos aposentados e aposentadas que devem estar acompanhando esta Audiência Pública, às vezes, até por problema de deslocamento e se utilizam do serviço. Então, ela vai atingir seu objetivo que é esclarecer o que ocorreu desde o início da criação do plano de saúde, o que vem acontecendo, a sua arrecadação, despesa, etc.

Eu só gostaria, inicialmente, de citar alguns artigos da Lei Complementar nº 127, de 11 de junho de 2003, que criou o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado - MATO GROSSO SAÚDE. Eu vou citar alguns para que possamos ter como referência nesta Audiência Pública.

Quero ainda citar a presença da Helena Maria Bortolo, Presidente do SINTEP, Subsede Cuiabá, e da Maria Ivone de Souza Pereira, Secretária-Geral do SINTEP, Subsede Cuiabá.

Então, na Lei Complementar nº 127, no art. 1º, § 2º, diz: "A autonomia administrativa e financeira do MATO GROSSO SAÚDE não exclui o exercício da supervisão de suas atividades pela Secretaria de Administração do Estado de Mato Grosso.

Art. 6º, parágrafo único: "A perda da condição de segurado, segurado conveniado ou segurado facultativo, em qualquer hipótese, implicará a perda dos benefícios após 30 (trinta) dias do último recolhimento, observados os mecanismos de controle de entrada e saída na assistência à saúde."

"Art. 12 O MATO GROSSO SAÚDE consiste na cobertura das despesas decorrentes de atendimentos médicos, ambulatoriais, hospitalares, odontológicos, fisioterapêuticos, fonoaudiológicos e psicológicos, bem como dos atos necessários ao diagnóstico e ao tratamento, prestados aos beneficiários do plano, na forma que vier a ser estabelecida em regulamento."

**Excluído:** O plano de A

"Art. 14 O MATO GROSSO SAÚDE, enquanto órgão gestor do sistema de assistência à saúde dos servidores do Estado, terá sua estrutura e respectivas atribuições definidas por decreto regulamentar."

"Art. 24 O segurado a que se refere o artigo anterior que deixar de recolher:

**Excluído:**

I - uma contribuição e decorridos 30 (trinta) dias após a última data de vencimento, terá suspenso os benefícios;

II - uma ou mais contribuições decorridos 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, do primeiro vencimento em aberto, perde os benefícios e a condição de segurado, segurado conveniado ou segurado facultativo, estando no caso de reingresso, sujeito a novos prazos de carência."

Depois, no regulamento, no decreto que regulamentou o plano de saúde, que é o Decreto nº 5.729, de 17 de maio de 2005, há uma coisa importante no art. 2º, que diz assim: "Serão cobertos pelo plano MATO GROSSO SAÚDE todos os procedimentos específicos no rol dos procedimentos dos planos ambulatoriais, hospitalar, e hospitalar com cobertura obstetrícia, observando-se no que tiver a Lei nº 9.656/98."

Então, ele está amparado numa lei federal.

Ainda no art. 2º, item 12, § 3º: "Todos os procedimentos serão pagos com base nas tabelas adotadas pelo MATO GROSSO SAÚDE."

"Art. 21 O atendente ou recepcionista do prestador deverá solicitar ao MATO GROSSO SAÚDE uma autorização para o atendimento de qualquer dos usuários, reservando ao MATO GROSSO SAÚDE o direito de não fornecer autorização quando verificar impedimento de ordem administrativa ou técnica".

Aí no Art. 22, parágrafo único: "O usuário do MATO GROSSO SAÚDE que exclusivamente, em decorrência de problemas operacionais na rede credenciada, pagar pelas despesas médico-hospitares, terá direito ao reembolso do valor dispensado, observado o seguinte requisito.

a) serão passíveis de reembolso somente os procedimentos previstos no art. 2º;

b) os valores respectivos serão calculados com base na tabela do MATO GROSSO SAÚDE vigente na data do referido pagamento;

c) o requerimento de reembolso deverá ser encaminhado ao Presidente do Mato Grosso Saúde para análise, devidamente acompanhado da nota fiscal, comprovante de pagamento do mesmo, e descrição médica do procedimento realizado.

d) os valores somente serão reembolsados ao usuário mediante parecer favorável da equipe-técnica responsável."

E depois, lá no artigo 29, § 2º: "O não pagamento ou a impossibilidade de se efetuar quaisquer descontos sobre o salário, por quaisquer motivos, implicará no acréscimo de juros legais de um por cento ao mês, calculado *pro rata die*, e de atualização monetária pelo INPC/IBGE, ou outro índice que o substitua, até a data do efetivo pagamento, acrescidos de multas correspondentes de dois por cento sobre o valor devido, devidamente acrescidos dos encargos de mora, atrás definidos."

Então, isso aqui trata do art. 29 que fala dos critérios para cobrança e pagamento dos valores devidos que serão de responsabilidade do Mato Grosso Saúde.

E o último item, que está nas Disposições Finais, no art. 34: "Antes de intentar qualquer ação judicial ou extrajudicial contra o MATO GROSSO SAÚDE, os beneficiários que se julgarem prejudicados em relação à assistência promovida deverão dirigir-se, por escrito, ao Mato Grosso Saúde, aguardando solução de sua reclamação por 30 (trinta) dias".

Bom, então, nós fizemos questão de ler esses itens que tratam justamente de várias questões que hoje estão aguardando respostas. O objetivo desta audiência é ouvirmos as partes aqui e depois abrirmos para que os sindicatos, os servidores, para que possam fazer as suas perguntas. Certo?

Então, nós vamos iniciar pelo representante do MT SAÚDE, o Sr. Yuri Bastos Jorge, e, em seguida, nós vamos repassar a palavra ao Secretário de Administração.

O senhor dispõe de dez minutos.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada Verinha Araújo, eu quero cumprimentá-la pela idéia de se trazer a discussão do MT SAÚDE a esta Casa de Leis. Esta Casa é do povo de Mato Grosso e é a Casa também, conseqüentemente, de todos os servidores do Estado de Mato Grosso.

Eu quero cumprimentar o Secretário Geraldo de Vitto, em nome do qual cumprimento os demais Secretários de Estado aqui presentes; os dirigentes do SESI Vida eu cumprimento em nome do Sr. Luís Augusto; os representantes do Conselho Regional de Medicina e também do Sindicato dos Médicos, os funcionários do MT SAÚDE aqui presentes, meus colaboradores, todos os servidores da Assembléia Legislativa, principalmente os que têm o MT SAÚDE; imprensa aqui presente, os representantes de servidores aqui presentes, toda população do Estado. Boa-tarde

Deputada Verinha Araújo, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência um pouco mais de tempo por se tratar, esta Audiência Pública, de um assunto inerente. A Audiência Pública é a respeito do MT SAÚDE e nós gostaríamos de ter um pouco mais de tempo para que possamos explicar mais detalhadamente como foi que o MT SAÚDE surgiu e porquê nós acabamos passando por esse período que prejudicou um pouco o atendimento do MT SAÚDE.

Eu gostaria que Vossa Excelência nos concedesse esse tempo para que possamos detalhar um pouco mais a nossa situação.

Eu gostaria de começar... Se pudesse virar um pouco para mim. Bom, então vamos lá.

Iniciar, Deputada, colocando um pouco sobre a situação que nós encontramos...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Se o senhor quiser utilizar essa tribuna, à esquerda, ficará mais visível.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Eu posso acompanhar por aqui.

É inerente na nossa explanação relembrarmos um pouco como funcionava a assistência médica que os servidores tinham. Sem querer aqui julgar Governos passados, Governos anteriores, mas quando nós assumimos o Governo em 2003, primeiro assumimos a direção do IPEMAT e encontramos uma situação de ilegalidade. Por quê? A legislação naquela época não permitia que o IPEMAT fizesse assistência médica. Então, o Governo estava operando de forma ilegal, o IPEMAT utilizava recursos previdenciários para outra finalidade que não o pagamento da aposentadoria. E a legislação federal vedava isso.

Encontramos um sistema previdenciário extremamente comprometido. Por quê? Porque o Estado estava registrando, na época, déficit na ordem de 20 a 22 milhões de reais no Sistema Previdenciário, e ainda assim utilizavam recursos da Previdência com outra finalidade.

O atendimento médico do MT SAÚDE era concentrado nas mãos de poucos. Nós sabíamos que um ou dois hospitais, um ou dois laboratórios eram credenciados, gastava-se em torno de um milhão, um milhão e meio de reais todos os meses e a classe médica no Estado de Mato Grosso não via a cor desse dinheiro que era concentrado na mão de um ou outro amigo que era privilegiado e que, conseqüentemente, o resultado das auditorias que realizamos, que este Governo realizou quando assumiu, culminou com o envolvimento e, conseqüentemente, prisão de alguns médicos, proprietários de laboratórios, enfim, que a sociedade inteira de Mato Grosso pode testemunhar.

Outro ponto importante de se levar em consideração é que a assistência médica que os servidores tinham, o IPEMAT, para alguns podia funcionar bem, principalmente para aqueles que eram amigos daqueles que estavam dirigindo a Instituição, mas para a grande maioria não funcionava, até porque aquela assistência médica era restrita a Cuiabá e Baixada Cuiabana.

Quando você chagava a uma cidade como Nova Mutum, por exemplo, daí em diante não se ouvia mais falar em assistência médica, era restrita a Cuiabá, Várzea Grande e a Baixada Cuiabana.

Nós tínhamos uma máquina pública no IPEMAT extremamente inchada. No IPEMAT nós tínhamos em torno de 500 servidores efetivos, trabalhando no órgão, era um prédio gigantesco, era um palácio gigantesco, com três andares, 500 servidores, 90 estagiários, que quando chegamos não iam trabalhar, à época, e tínhamos também mais de 120 representantes do IPEMAT em várias cidades, distribuídas no Estado de Mato Grosso. E quando fomos procurar a fundo o que essas pessoas faziam, num entendimento nosso, era mais nomeação política mesmo, porque não tinham responsabilidade nenhuma, faziam um encaminhamento ou outro de um servidor ou outro que utilizava, à época, o serviço do IPEMAT.

Imediatamente, quando assumimos a Instituição, nós decidimos, o Governo do Estado, o Governo Blairo Maggi decidiu que tinha que se cumprir a legislação vigente, nós tínhamos que fazer a coisa certa, conforme determina a legislação.

Então, nós fomos obrigados a separar a assistência médica da previdência. E aí nós tínhamos duas alternativas, ou nos fechávamos o IPEMAT, acabava-se com a assistência médica que era ofertada ilegalmente e, simplesmente, deslocávamos todos os servidores para o Sistema

Único de Saúde ou então o Governo dentro de uma política de valorização do servidor público, nós iríamos então buscar uma alternativa, algum mecanismo que viesse ofertar assistência à saúde ao servidor.

Com a extinção do IPEMAT, nós também criação a Superintendência de Previdência na Secretaria de Estado de Administração que, hoje, vem sendo coordenada pelo Secretário Geraldo de Vitto. Isso aí são ganhos que, inclusive não foram divulgados pelo Governo, mas que refletem, e muito, na gestão que está sendo implementada, hoje, na gestão transparente. Porque nós tínhamos várias denúncias, Deputada Verinha Araújo, de que Certidões de Tempo de Serviço eram comercializadas dentro daquele órgão. E isso veio a se constatar com inúmeros chamados pentes-finos que depois a Secretaria de Administração começou a realizar nas aposentadorias que foram concedidas anos para trás pelo Estado de Mato Grosso. E realmente foram constadas, existem. Tornou-se isso público. Existem várias ações já em andamento, inclusive gerando uma economia aí, suspensão de aposentadorias, gerando economia de milhares ou milhões de reais para os cofres do Estado de Mato Grosso. Aposentadorias que foram concedidas ilegalmente.

Criamos também a Coordenadoria de Perícia Médica. A Perícia Médica no Estado de Mato Grosso era um órgão que era vinculado ao IPEMAT e ali era uma outra gigantesca porta de entrada de fraude em aposentadoria no Estado de Mato Grosso. Em missão de perícias médicas fraudulentas foram no passado foco de inúmeras aposentadorias irregulares. E nós reestruturamos aquele órgão à época. Hoje, também vinculada à Secretaria de Estado de Administração que vem com seriedade fazendo. E nós também pudemos registrar, há pouco tempo, pela imprensa, que foi divulgado, que um pente-fino que foi feito também na Secretaria de Estado de Educação verificou-se que realmente centenas de servidores estavam com certidões, eu diria que fraudulentas da perícia médica, que estavam obtendo vantagens às custas dos cofres públicas.

E aí decidimos pela criação do MT Saúde, que foi uma maneira legal que o Estado encontrou de continuar e valorizar o servidor público, ofertar uma assistência a saúde de qualidade que viesse atender a todos os servidores como um todo independente da cidade que reside e, principalmente viesse atender também os servidores aposentados, os pensionistas do Estado de Mato Grosso, que antes não tinha acesso ao serviço do antigo IPEMAT.

Para a criação do MT SAÚDE, Deputada Verinha Araújo...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sr. Yuri, o senhor solicitou um tempo maior... O senhor já tem dez minutos.

Então, nós vamos conceder mais dez minutos, porque tem mais quatro pessoas para pronunciar.

E, gostaria de anunciar a presença do Deputado João Malheiros.

Sr. Yuri, dez minutos são suficientes?

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada, eu vou ser sincero com a senhora. Nós do MT SAÚDE, na semana passada, fomos chamados aqui... Se a senhora me conceder mais uns vinte e cinco minutos, eu consigo correndo...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quinze minutos para o senhor ser bem objetivo...

O SR. YURI BASTOS JORGE - Vamos negociar esses quinze minutos mais para frente.

Então, para a criação do MT SAÚDE, nós tentamos, à época, negociar com um Plano de Saúde já existente no mercado e foi impossível se fazer um contrato dessa natureza, que pudesse beneficiar todos os servidores. Esses contratos ficariam em torno de dez a quinze milhões de reais/mês. Então, o Estado decidiu, efetivamente, criar um modelo de auto-gestão e para isso nós

contratamos um grupo de estudo, composto por uma equipe da Fundação Getúlio Vargas e outro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, onde nós avaliamos experiências bem sucedidas de outro Estado para poder implementar aqui no MT SAÚDE.

Eu quero registrar aqui, aproveitando o Conselho Regional de Medicina, aproveitando o Sindicato dos Médicos. O MT SAÚDE ele jamais nasceu para concorrer com os demais Planos de Saúde. Não é papel do Governo do Estado concorrer com a iniciativa privada, com segmento de saúde suplementar. Não nascemos para concorrer com a UNIMED, com a AMIL, SULAMÉRICA, BRADESCO. Nascemos para resolver um problema pontual do Governo e da sociedade, que é a saúde dos servidores. Aqueles que nos atendem nos prontos-socorros da vida, aqueles que dão a segurança nossa, aqueles que ensinam nossos filhos. Então, criamos o MT SAÚDE para isso. E 95% dos que entram no MT SAÚDE hoje são oriundos do Sistema Único de Saúde.

Nós instituímos o MT SAÚDE, dentro de uma política extensa e vasta que vem sendo coordenada pela Secretaria de Estado de Administração, a valorização do servidor público, seja ele, servidor da ativa, aposentado ou pensionista.

O MT SAÚDE hoje é, dentro do Governo do Estado, uma das estruturas mais enxutas que nós temos, embora sejamos as menores estruturas administrativas de Mato Grosso: 27 servidores entre efetivos e comissionados, atendemos aproximadamente 40 mil vidas que, hoje, são filiadas ao MT SAÚDE.

O MT SAÚDE, dentro de um aspecto positivo também, reduziu a demanda no Sistema Único de Saúde. Como registramos aqui, mais de 90% dos usuários do MT SAÚDE hoje são do Sistema Único de Saúde.

Então, você termina facilitando para aquele que depende unicamente do SUS.

Democratização do atendimento, hoje, quem escolhe o médico é o paciente. Antigamente, ele tinha que ir no IPEMAT, no ambulatório do IPEMAT, esperar na fila, pegar uma guia, era a direção do IPEMAT que dirigia o paciente para um ou outro médico, para um ou outro laboratório, para um ou outro hospital, às vezes, não pagava o tratamento e o paciente tinha que abandonar seu tratamento.

Outro aspecto positivo que eu gostaria de citar, mas eu vou ter, para cumprir esse prazo, pular. Uma delas é a gestão terceirizada para imprimir uma gestão moderna, uma gestão empresarial, nós terceirizamos a gestão do MT SAÚDE, aliás, eu faço questão de citar, isso é um dos pontos de reclamação do MT SAÚDE.

Eu diria que 80% das reclamações que nós temos hoje são dos servidores que não querem cumprir as regras que foram estipuladas. O MT SAÚDE dentro dessa política de terceirização de gestão, cumpre rigorosamente o que está escrito na lei. Então, não tem jeitinho, não tem como driblar uma carência, não tem como você atender algum ente que não é vinculado no MT SAÚDE e isso, realmente, gera algum tipo de insatisfação.

Com relação à transparência do MT SAÚDE, nós disponibilizamos na *internet* o balancete mensal, está lá todos os gastos da MT SAÚDE, desde limpeza, gasto com diária, gasto com assistência médica, toda arrecadação do MT SAÚDE. O MT SAÚDE tem cobertura em todo o Estado, atendimento fora do Estado de Mato Grosso.

Idoso não paga mais caro só porque é idoso, enfim, Deputada, várias vantagens, com custo acessível, foi dado acesso ao servidor, dependente não paga, cartão magnético facilita muito a utilização do servidor, a adesão opcional, aquele que não quer ter MT SAÚDE não é obrigado a ter. Sistema de consulta *on line*...

Hoje, o servidor pode acessar tanto via *desktop* no seu órgão, mas como também os terminais eletrônicos que foram disponibilizados, ter acesso a sua conta, ver quem dos seus dependentes utilizou o MT SAÚDE, quanto aquilo está custando em co-participação, enfim.

Serviço de atendimento 24 horas ao cliente do MT SAÚDE, aqui eu faço uma pausa, já finalizando, para mostrar que esse é um sistema que nós criamos para atender os usuários do MT SAÚDE.

Durante esse período de paralisação, foi um momento muito difícil para nós, mas nós estabelecemos um verdadeiro exército de atendentes para poder dar o respaldo necessário para todos os usuários. Isso aqui é uma fotografia da central de atendimento da RBC que atende o MT SAÚDE. Temos um sistema 0800, 24 horas, gratuito, para todos os servidores do Estado de Mato Grosso inteiro, seja sábado, domingo ou feriado. O servidor liga, entra em contato com o MT SAÚDE, as atendentes registram dessa forma: nome da paciente, número do MT SAÚDE, telefone para contato, DDD, cidade de onde o paciente está falando, dia, hora que ligou, órgão onde o paciente trabalha, relato do problema para que as nossas atendentes possam receber, resolver o problema do servidor e retornar ao servidor. Pouco se viu durante muitos anos, no serviço público, dar um atendimento dessa natureza. Isso nós fazemos para dar total apoio ao servidor que tem MT SAÚDE.

Disponibilizamos também o *site* do MT SAÚDE, que o servidor pode ter acesso. Tem todas as informações ali diariamente sobre tudo que está acontecendo. Nesse momento de paralisação, nós ficamos ali informando passo a passo as negociações, como estavam, para que o servidor pudesse se manter informado.

Temos também um sistema de Ouvidoria pelo *site* do MT SAÚDE, que todos, 100%, Deputados, são respondidos aos servidores para informar e resolver o problema.

Em breve, estaremos disponibilizando também assistência odontológica e assistência farmacêutica.

Esse é o *site* do MT SAÚDE.

Aqui é um *e-mail* que nós recebemos, inclusive recente, de uma paciente agradecendo as negociações e o retorno do atendimento, fim da greve.

E gostaria aqui, para finalizar, de prestar contas do MT SAÚDE de janeiro a agosto deste ano.

Em se tratando de receita, nós tivemos:

- saldo anterior: R$100.222,00;
- contribuição de servidores: R$6.657.456,00;
- contribuição de co-participação: R$556.511,00;
- contribuição de agregado: R$244.934,00;
- contribuição de convênios (ALMT): R$896.920,00;
- contribuição do Estado: R$7.249.656,00;
- total: R$15.705.699,00.

Despesa do MT SAÚDE:

- pessoal: R$503.024,00;
- administração: R$2.161.361,00, incluindo aqui despesas com a atuação da equipe de prevenção e assistência social. Quem chega ao MT SAÚDE para fazer adesão e já tem algum problema de saúde, nós jamais mandamos esse funcionário embora para casa porque tem carência. Apesar da carência, ele entra e resolvemos o problema dele. Para isso tem uma equipe muito boa de assistente social no MT SAÚDE;
- gasto com assistência médica: R$12.986.910,00;
- total: R$15.651.295,00.

Esse recurso não era visto anteriormente. A entrada do MT SAÚDE no mercado é um investimento dessa natureza no mercado de saúde suplementar. Foi muito positivo, não só para o servidor como para aqueles que utilizam o SUS, porque desafoga o Sistema Único de Saúde. E também é muito positivo para toda a classe médica por conta desse número que nós mostramos aqui.

O SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O senhor tem cinco minutos.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Estamos finalizando.

Procedimentos realizados no período:

- 408 tratamentos ambulatorial-clínicos;
- 946 internações clínicas;
- 266 partos;
- 50.258 consultas;
- 137.927 exames;
- 15.255 terapias;
- 3.277 pessoas fizeram cirurgias pelo MT SAÚDE nesse período;
- 1.617 tratamentos ambulatorial-cirúrgicos;
- 8.417 outras terapias;
- totalizando 218.368 atendimentos.

Para finalizar, eu gostaria de mostrar para a senhora que os meses de julho e agosto. A paralisação dos médicos iniciou-se no dia 1º de julho. Esses são os números dos meses de julho e agosto, meses que teoricamente estava com 100% do atendimento paralisado. Nós registramos um número positivo de profissionais que estavam nos atendendo. Todo servidor que entrasse em contato conosco era encaminhado para um desses profissionais. Esses são os números. Nos meses de julho e agosto nós fizemos:

- 12.378 consultas;
- 31.529 exames;
- 486 tratamentos ambulatorial-cirúrgicos,
- 138 tratamentos ambulatorial-clínicos;
- 382 internações clínicas;
- 978 cirurgias, mesmo durante o período de paralisação;
- nasceram 87 novos mato-grossenses pelo MT SAÚDE durante esses meses de paralisação;
- 5.101 terapias;
- outros procedimentos: 2.309;
- totalizando um número de 53.388.

E aqui vem uma relação. Nós ocultamos o sobrenome dessas pessoas, mas os Srs. Deputados vão receber essa lista. São pessoas que estavam internadas no dia de ontem, segunda-feira, pelo MT SAÚDE. São todos servidores e dependentes que estavam internados pelo MT SAÚDE, sendo tratados pelo MT SAÚDE.

Então, Deputada, eu fiz questão de trazer essas informações, esses números. Eu gostaria de ter tido aqui maior tempo para que pudéssemos calmamente debater todas essas informações, todos esses números, um a um, para que pudéssemos mostrar realmente a toda população de Mato Grosso os ganhos que nós tivemos somente em uma pequena área que o Governo atuou ao longo desses dois anos e meio.

Eu quero dizer a Vossa Excelência que nós entramos em funcionamento, diante de um contrato de gestão com o SESI Vida, assumimos um segundo contrato de gestão, que é a utilização da rede de atendimento do SESI Vida. Em comparação com os preços que o IPEMAT pagava, o MT SAÚDE hoje é infinitamente maior. Ainda assim, vivenciamos uma paralisação da

classe médica no ano passado. Nos meses de outubro, novembro e dezembro houve o mesmo problema. Nós fizemos uma negociação e demos um aumento. Nós aumentamos, mudamos a tabela de pagamento sem repassar um centavo desse aumento para a contribuição do servidor público, o Governo do Estado absorveu esse aumento. Em 1º de julho, mais uma vez, nós vivemos mais um momento de paralisação e tivemos que fechar mais um acordo com a Comissão de Honorários Médicos dando mais um aumento. Esta aqui é uma cópia do acordo que foi fechado, na tabela de pagamento.

E o MT SAÚDE quer também esclarecer que nós achamos que essa reivindicação da classe médica é justa. É uma reivindicação nacional. Não aconteceu somente no Estado de Mato Grosso. O Estado da Bahia hoje está paralisado. Eles pleiteiam o valor da consulta de R$33,60, que já era o que nós estávamos pagando aqui. E vamos passar a pagar R$36,00 em uma consulta. Nós acreditamos que é uma reivindicação justa. O médico tem que ser bem remunerado para prestar um atendimento digno aos nossos servidores, lembrando que o MT SAÚDE, por ser um órgão público, tem que respeitar uma tabela, nós temos uma gestão terceirizada. Toda alteração em valores de tabela, nós temos que fazer ajustes nos sistemas, ela não pode ser feita de um dia para outro.

Ainda mais, agora há pouco, antes de entrar neste recinto, eu estava conversando com o Dr. Alberto, dizendo a ele: Eu já quero sentar e já começar as negociações para que a MT SAÚDE não sofra com isso mais uma vez, até porque nós temos um orçamento que é planejado pelo Estado, é aprovado por esta Casa de Leis e esse orçamento seria válido para o ano seguinte, sendo que, se no ano seguinte, no mês de maio ou março, nós sofremos mais um aumento, não estaríamos orçamentariamente preparados para absorvê-lo.

Então, todas essas questões têm que ser muito bem definidas para que nós possamos dar paz, sossego, dar uma vida de qualidade e uma tranqüilidade maior a todos os servidores do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa.

Eu quero cumprimentar essa atitude de Vossa Excelência, é louvável. Eu quero colocar o MT SAÚDE à disposição, como sempre coloquei a todos os servidores do Estado, tanto é que a nossa prestação de contas está na internet para todos aqueles que quiserem ver.

Faço questão e peço a Vossa Excelência, hoje, que continue dessa forma com a MT SAÚDE, traga o MT SAÚDE para próximo desta Casa. Eu quero que a Assembléia esteja presente. A Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei que criou o MT SAÚDE por unanimidade, teve uma participação incisiva na criação do MT SAÚDE, e é imperativo que vocês continuem conosco. Foi a primeira instituição a acreditar no MT SAÚDE e a fazer convênio com ele, possibilitando que todos os servidores desta Casa pudessem também ter o MT SAÚDE.

E para finalizar, eu me lembro que, na reunião que tivemos aqui com os Deputados, um servidor da Assembléia me abordou na saída da Casa, ele estava reclamando muito da paralisação e do atendimento do MT SAÚDE, eu disse a ele: Olha, nós estamos zelando muito do dinheiro que você paga todos os meses, não podemos simplesmente aceitar qualquer aumento sem que seja feito um estudo de impacto nas contas do MT SAÚDE. E mais, lembrando que mesmo quando era o ISSPL também sofria com a paralisação que sofreu no final do ano passado.

Então, eu quero dizer a vocês, para finalizar, que não foi nenhum problema estrutural no MT SAÚDE, não foi nenhum problema administrativo, foi um problema natural de mercado, um momento difícil que nós pedimos desculpa a todos e também já anuncio aqui, de primeira mão - o Dr. Alberto, a Drª Cristina vai poder relatar também - que já foi definitivamente fechado o acordo, essa notícia nos chegou aqui há dez minutos atrás, está fechado o acordo e garantimos aí, então, a volta de 100% de atendimento a todos os servidores que tenham o MT SAÚDE.

Muito obrigado e um grande abraço a todos.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vossa Excelência ocupou exatamente 25 minutos.

Gostaríamos de anunciar aqui a presença da professora Ivanildes Ferreira dos Santos, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; Marcos Paulo, representando o Deputado Estadual Ságuas; a Ana Elza Alves Pereira, Presidente do Sindicato do DETRAN; Enock Cavalcante, representando a Senadora Serys Marly; e o Adão Barbosa, Vice-Presidente da Federação dos Servidores Públicos.

Nós vamos convidar, agora, para usar da palavra, a Drª Maria Cristina Pacheco, Presidente da Comissão de Honorários Médicos, Diretora do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso, que dispõe de dez minutos.

A SRª MARIA CRISTINA PACHECO - Boa-tarde a todos, a Deputada Verinha Araújo, aos demais componentes da Mesa, a todos presentes.

Em nome do Sindicato dos Médicos, a qual sou Presidente e Coordenadora da Comissão Estadual de Honorários Médicos, presto esclarecimentos a esta Casa.

Em relação ao movimento dos médicos, que realmente é um movimento nacional, porque há 13 exatos anos que não temos nenhum reajuste no valor dos nossos honorários.

Até janeiro de 2005 era praticada uma tabela relativa ao ano de 1992. Os reajustes oferecidos foram somente em termos de consulta e não nos demais procedimentos que os médicos executam como a cesariana, cirurgia de amídala, hérnia, plantões de UTI. Não tivemos nenhum tipo de reajuste.

Não houve nenhuma paralisação e nenhuma greve, até porque não somos funcionários das operadoras de saúde. É uma categoria profissional, como estão em greve os professores da universidade reivindicando uma melhor remuneração para prestar um atendimento justo e digno a que os pacientes têm direito e merecem.

Em relação a essa classificação que nós estamos pleiteando em relação a valores e a hierarquia, eu vou explicar o que é.

Essa classificação não é uma tabela. Tabela pressupõe preço fixo. E na classificação, nós temos preços médios e valores que nós podemos chegar com mais ou menos 20%. Toda a nossa negociação feita no Estado de Mato Grosso não foi baseada em valores médios. Ela foi baseada em valores mínimos já com os deflatores máximos de 20%. Então, nós teríamos uma consulta com valor médio de 42 reais e deflator de 20%, que daria 33, 60 reais.

Então, não tivemos nem paralisação, nem greve. Nós tivemos um descredenciamento que não ocorreu agora no dia 1° de julho. Ele ocorreu em agosto, com prazo de 60 dias efetivado em outubro de 2004, já que não houve acordo nos valores praticados e nem algumas cláusulas contratuais.

Agora em julho, já que não houve nenhum consenso com as operadoras de saúde, e nisso se inclui o MT SAÚDE, que tem seu plano administrado pelo SESI, nós voltamos a não atender desde o dia 1º de julho de 2005.

Efetivamente hoje, nós assinamos com o SESI Vida - não com o MT SAÚDE - o contrato que vai ser disponibilizado, já deve estar entrando no nosso *site* para que os profissionais médicos assinem e imediatamente retomem o atendimento aos beneficiários do SESI Vida. Isso já foi feito com outras operadoras, como a BLUELIFE. Nós estamos fechando com a AMIL, que também deve entrar hoje, nós temos o SINTRAI, a SADIA, que é um plano de auto-gestão também. Nós temos o MEDIAL SAÚDE, o MED SERVICE, o CRED SAÚDE e alguns outros que agora nos fugiram.

O nosso mentor, quem fez a nossa classificação, que as entidades médicas só viram a complexidade dos procedimentos, a complexidade dos atos médicos foi a FIPE, a mesma

que fez o MT SAÚDE. Então, esses valores foram feitos em maio de 2003, com efetiva publicação em agosto de 2003. E até agora nós ainda não tivemos a nossa classificação implementada. Quer dizer, então, nós já temos uma defasagem de quase três anos, porque completará em agosto. Na verdade, em maio, porque o estudo era referente a maio de 2003. Então, em maio de 2006, nós teremos seis anos já de defasagem na nossa classificação, e nós ainda acordamos valores menores com as operadoras daqui.

O Sindicato dos Médicos e a Comissão Estadual se colocam à disposição de todos os presentes para dirimir quaisquer dúvidas que vocês tenham em relação ao movimento e aos valores de complexidade praticados.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradeço a Srª Maria Cristina Pacheco.

Com a palavra, o Sr. Luiz Augusto Nogueira, Superintendente do SESI Vida. (PAUSA) Ele vai aguardar o debate.

Com a palavra, o Sr. Hélio Lopes, Coordenador do Fórum Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso, que dispõe de dez minutos.

O SR. HÉLIO LOPES - Boa-tarde a todos os presentes.

Como foi falado, o meu nome é Hélio Lopes, eu estou aqui representando o Fórum Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso, que congrega quinze sindicatos de categoria de funcionários públicos, os principais usuários do MT SAÚDE.

A minha colocação aqui não vai tomar os dez minutos, eu vou ser bem mais sucinto do que isso aqui. Primeiro, observando que o ponto de vista, muito bem esclarecido pelo Presidente do MT SAÚDE a respeito do IPEMAT, a ilegalidade, eu acho até que não é o escopo desta Audiência Pública, nem a previdência, os desmandos, ou descasos que haviam, poderíamos até ter uma outra Audiência Pública para tratar desse assunto. Mas, aqui concerne ao ponto de vista de saúde, de atendimento porque esse, sim, é de suma importância hoje para o servidor público, que é o que nos traz hoje aqui.

Temos algumas dúvidas, Sr. Presidente, vamos ser bem objetivos, eu não vou entrar em detalhes técnicos que o senhor domina tão bem, assim como a doutora que aqui se pronunciou. Mas, a nossa dúvida, o nosso problema enquanto servidor do MT SAÚDE está, primeiro: nós queremos saber, ter a certeza que o MT SAÚDE não é mais um modismo, me permita colocar assim, um modismo trazido por um Governo que aqui está e que nós sabemos que não vai se perpetuar. Não deve ser assim. O próximo Governo que não estiver tão ligado ao MT SAÚDE, se não estiver tão comprometido, ele vai dar continuidade a isso? Essa sempre foi a nossa preocupação desde o início.

Com relação a gastos, também foi muito apropriadamente exposto pelo Yuri, não vamos debater muito, não é esse o escopo, mas como administrador profissional eu não posso deixar de observar que nós estamos falando que 35% da arrecadação do MT SAÚDE está sendo gasto com a administração. Normalmente, recomenda gastar mais de 15%. Eu até gostaria, eventualmente, conversar sobre isso.

Todo problema que nós temos sentido com relação a essa crise, verdadeira crise que se instalou em MT SAÚDE, nos parece que não é com MT SAÚDE, não é com o servidor, a crise se deve ao SESI Vida, ou ao Grupo Unidas como foi citado pela imprensa. Ora, nós não pertencemos ao Grupo Unidas e nem tão pouco somos servidores do SESI, nada temos a ver com essas empresas. São empresas terceirizadas, por vontade do Governo estão prestando serviço ao MT SAÚDE, enfim, ao servidor público.

Estamos aqui levantando mais uma vez a questão da terceirização. Essas terceirizações são, realmente, apropriadas ao serviço público? Me parece, está aqui a prova, mais uma vez, que nem sempre o que está na moda é o que é melhor. A terceirização está muito na moda. Será que ela é melhor para o Estado? Nós acreditamos que tem que ser repensado, que tem que ser debatido com um pouco mais de cuidado. Quando se terceiriza a administração do plano de saúde, pretendendo que se perpetue, quando se terceiriza o próprio atendimento como foi dito aqui, nós não vemos muita vantagem para o Estado, não. Nós somos servidores públicos, defendemos o serviço público efetivo. Por quê? Nós acreditamos que a efetividade pode levar serviço de maior qualidade, sim. Diferente de empresa privada, o Estado tem normalmente muito prejuízo com a terceirização. Está aí uma prova evidente, está aí uma prova cabal que a terceirização já está trazendo prejuízo. Porque toda greve, toda briga que houve, foi com uma empresa terceirizada, foi com um grupo terceirizado.

Ora, o Presidente do MATO GROSSO SAÚDE acabou de dizer que as reivindicações dos médicos são justas, se o Presidente achou que era justa, MATO GROSSO SAÚDE concordou que era justa e não tinha o porque da briga, por que aconteceu essa greve toda? Por que aconteceu toda essa celeuma?

Eu acredito que se fosse algo tratado diretamente, não com administração de terceiros, poderia ser resolvido de forma mais efetiva e de forma mais eficiente. (PALMAS)

Só para finalizar, eu gostaria de deixar aqui a palavra para os meus companheiros que estão representando, do Fórum Sindical, de que nós somos favoráveis, sim, a um MATO GROSSO SAÚDE como sempre fomos, mas nós queremos um plano de saúde que nos atenda, atenda as nossas famílias, atenda os nossos filhos, não por um ano, não por três ou por quatro, mas por quarenta anos, com efetividade e que respeite o dinheiro público, o respeito com o dinheiro público se faz com eficiência, não apenas de boas intenções, mas de boas ações. Era o que eu tinha a falar.

Muito obrigado. (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Justifico a saída do Dr. Alberto Carvalho de Almeida, Presidente do CRM, em função de que ele foi chamado para realizar uma cirurgia.

Caso haja interesse de alguém da platéia em interpelar o palestrante, poderão fazer as inscrições com as nossas assessoras do plenário.

O encaminhamento que se faz à Mesa agora, é que os questionamentos já apresentados pelo Lopes sejam respondidos.

Eu gostaria que o Sr. Superintendente do SESI Vida se pronunciasse, se possível, para nós compreendermos nesse processo a participação do SESI Vida, desde o inicio até agora. Se vai prosseguir, como é que vai ficar... Porque são as dúvidas que nós gostaríamos que fossem respondidas. Mesmo porque houve informações da imprensa de que o SESI Vida estaria, durante um tempo determinado; mas depois se retiraria. Então, eu gostaria que, em seguida, se possível, o senhor se pronunciasse.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Srª Presidente, respondendo aqui o questionamento feito pelo Sr. Hélio Lopes, gostaria de dizer que esse senhor tem toda razão na colocação que fez aqui em público nessa audiência pública. Mas, eu faço questão de registrar que, nesses dois anos e meio ou quase três de MT SAÚDE, esse senhor jamais, como representante de servidor ou representando a si próprio, esteve no MT SAÚDE para questionar alguma coisa, jamais. Eu atendo todos que lá vão questionar alguma coisa. E o senhor nunca esteve lá para fazer essa colocação que o senhor fez aqui.

Com relação a modismo de Governo, como o senhor colocou, eu acredito que as propostas tanto do Executivo quanto do Legislativo não se tratam de modismo. Eu disse há uma servidora do Estado, na semana retrasada, numa entrevista numa rádio em Cuiabá, que Governo muda com o tempo. Um dia vai mudar. O Yuri sai e a saúde fica. Quem tem que defender são vocês, são os servidores, somos nós. Todos temos que fiscalizar, temos que acompanhar o funcionamento e temos que defender o MT SAÚDE. Não é modismo. Foi implementado, foi aprovado pela Assembléia e está funcionando. Tem quarenta serviços, tem uma força muito grande. São quarenta mil pessoas no Estado de Mato Grosso que hoje estão no MT SAÚDE. Apesar de toda paralisação nós tivemos cinco mil novas vidas Deputada Verinha Araújo, nos meses de julho e agosto - pessoas que entraram no MT SAÚDE apesar da paralisação.

Com relação ao gasto administrativo, quero dizer ao senhor que o gasto com a empresa gestora é, mais ou menos, fixo - esse valor para atender quarenta mil ou cem mil. Esse crescimento que o MT SAÚDE vem fazendo... Para se ter uma idéia, o Poder Judiciário, Deputada, inclusive junto com a Assembléia Legislativa, para estar auxiliando, já procurou o MT Saúde. Eles querem fazer convênios. Já temos aí aprovadas e feitas todas as avaliações com as Prefeituras de Cuiabá, Várzea Grande e mais dez.

Então, o custo administrativo se você for elencar e fazer proporcional, tende a abaixar muito com o crescimento do MT SAÚDE. Com relação ao Grupo Unidas, nós não somos do Grupo Unidas, e ainda assim sofremos com greve. O que temos haver com SESI Vida, com o Grupo Unidas, enfim... O senhor sabe que em licitação não escolhemos a empresa. Abre-se um processo de licitação e aquele que preencher todos os pré-requisitos é o vencedor. O SESI venceu. É uma boa empresa. Tem trabalhado com muito afinco para prestar um atendimento e vem prestando. Eu disse os números aqui ao senhor das pessoas que foram atendidas pelo MT SAÚDE. Eu o convido para fazer uma visita aos hospitais de Cuiabá, juntamente comigo, para testemunhar *in loco* a satisfação e a felicidade das pessoas que não tinham acesso aos hospitais privados. Não tem nenhuma reclamação quanto a isso, com relação ao SESI e nem a Unidas. Lembramos que a paralisação não foi só com o MT SAÚDE. Foi com o MT SAÚDE, com o Unidas e com todos os outros planos de saúde. Já foi dito aqui, inclusive pela Drª Cristina - e eu respeito muito a maneira como ela defende a sua classe, a senhora está certa -, que é um movimento nacional. Então, nós temos que sentar, gastar saliva e negociar mesmo para que possamos voltar a prestar atendimento sem termos que aumentar muito o plano de saúde.

Para concluir, quanto ao que o senhor disse sobre a eficiência, eu só quero lembrar ao senhor que o IPEMAT gastava um milhão e meio de reais com assistência médica, que funcionava em Cuiabá e na Baixada Cuiabana, eram 7% dos servidores. Hoje, o Estado gasta o seu dinheiro, setecentos mil reais e atende quarenta mil pessoas em cento e vinte e dois municípios do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Luiz Augusto Moreira da Silva, Superintendente do SESI Vida.

O SR. LUIZ AUGUSTO MOREIRA DA SILVA - Boa-tarde a todos!

Só uma pequena correção. Eu não sou Superintendente do SESI Vida. Eu sou Superintendente do SESI - Serviço Social da Indústria, Departamento Regional de Mato Grosso. O SESI Vida é um programa de saúde. Ele não existe juridicamente. O que existe é o SESI. O SESI Vida é um programa de saúde que foi criado pelo SESI de Mato Grosso.

O SESI é uma instituição subordinada ao sistema Federação das Indústrias. É uma instituição privada que promove ações sociais na área de educação, saúde e lazer para o trabalhador da indústria. E dentre os seus diversos programas, tais como Cozinha Brasil, Ação Global, que vocês tiveram a oportunidade de ver no último sábado, uma parceria nossa com a Rede Globo, nós

desenvolvemos um programa de saúde chamado SESI Vida. Esse programa existe há quinze anos e nós tínhamos cerca de cem mil vidas atendidas por esse programa de saúde. Não é um plano de saúde, porque um plano de saúde simplesmente comercializa a saúde, intermedeia negócios de saúde. E o SESI Vida não é isso. O SESI Vida está voltado para a saúde do trabalhador.

Nós temos outros programas de saúde, como o Programa de Qualidade de Vida, ou Saúde Saudável, o SESI Odonto, o SESI Saúde Essencial e outros que o SESI desenvolve dentro do programa SESI Vida.

Muito bem, em 2003, nós tomamos conhecimento da licitação que o Governo devia realizar para contratar uma empresa para administrar o MT SAÚDE durante um ano. Esse contrato previa que nós ficaríamos durante um ano. Durante esse primeiro ano, nós deveríamos fazer a transferência de tecnologia para o pessoal próprio do MT SAÚDE, que deveria se estruturar para, no segundo ano, assumir e, então, o SESI sair fora disso.

Com base nessa proposta, o SESI resolveu participar da licitação, tendo já uma rede credenciada, que hoje está em torno de mil e oitocentos médicos e hospitais prestadores de serviços. Já tínhamos uma rede montada, toda uma infra-estrutura montada, já tínhamos um programa de computador que vinha funcionando, que vinha nos atendendo nesses 14 anos que estamos no mercado.

Ganhamos a licitação. Começamos a implementar o MT SAÚDE. Tivemos que fazer diversas adaptações em nossos programas para atender o MT SAÚDE. Tivemos que desenvolver tecnologias que nós não tínhamos, mas contratamos parcerias, fizemos e assim atendemos o MT SAÚDE e o Governo do Estado de Mato Grosso.

Nós tivemos 45 mil vidas nos primeiros seis meses de funcionamento do plano.

No fim do primeiro ano, o contrato foi renovado, porque o MT SAÚDE ainda não havia tido condições de se estruturar. E nós, agora em julho, já notificamos o Governo do Estado, na pessoa do Presidente do MT SAÚDE, de que nós não vamos renovar o contrato no ano que vem.

Então, já notificamos. O nosso contrato vence em abril do ano que vem, e nós, em julho deste ano, já notificamos o Governo, formalmente, através de um ofício, encaminhado ao Presidente do MT SAÚDE, de que o SESI não tem condições de continuar prestando esse serviço. Não era a nossa intenção continuar prestando esse serviço *ad eternum* para o Estado.

Nós queríamos, sim, contribuir com o Governo do Estado, fornecendo a tecnologia e ajudar na estruturação do MT SAÚDE, e é isso que estaremos fazendo daqui para frente.

Então, a conduta do SESI, Departamento Regional de Mato Grosso, e do SESI Vida será de propiciar ao MT SAÚDE todo apóio necessário para que ele se estruture, para que ele monte sua rede credenciada própria, para que ele se prepare para que no ano que vem o SESI possa deixar que o MT SAÚDE assuma sua estrutura e o SESI possa, então, continuar colaborando, prestando consultoria e assistência, se necessário for.

Eu tenho dito ao Secretário Geraldo de Vitto e ao Presidente Yuri Basto que estamos sendo questionados pela Agência Nacional de Saúde, porque o SESI não pode ficar muito tempo prestando serviços para o Governo. A finalidade de existência do SESI não é essa. Então, nós precisamos concluir essa fase de estruturação. O MT SAÚDE precisa seguir seu caminho sozinho e o SESI continuar prestando apenas consultoria e ajuda naquilo que for necessário. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Dr. Luiz.

Da minha parte está esclarecida a fala do senhor. Eu gostaria, então, de devolver a pergunta ao Sr. Yuri Bastos, do MT SAÚDE, com relação a essa situação já colocada pelo Dr. Luiz.

Como o MT SAÚDE está se preparando, diante dessa posição do SESI Vida de que não vai renovar o contrato em 2006, o contrato expira em abril de 2006, portanto, num período

já pré-eleitoral de 2006, como o MT SAÚDE está se preparando para, a partir desse momento, dar continuidade ao plano de saúde? Essa é uma primeira pergunta.

Uma outra que o senhor não teria respondido, que eu tenho anotado aqui, que o Lopes fez, é realmente o que observei aqui na prestação de contas com relação ao custo de R$2.161.000,00 para administração. O que são esses custos de administração, já que pessoal foi R$503.000,00 e assistência médica, R$12.986.000,00, num total de receita de R$15.705.000,00? Essa é a segunda questão.

Vou deixar duas outras aqui.

Uma foi feita pela professora aposentada Lúcia Regina. Como se explica: na consulta tive que pagar R$50,00 e fui reembolsada com R$33,00?

A outra é do Sr. Olímpio: Quero entender melhor o motivo, o porquê de se ter justificativa para fazer exame.

Então, são quatro questões para responder e eu vou lhe conceder um tempo de 8 minutos para as respostas.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada Verinha Araújo, com relação à primeira pergunta do gasto administrativo, eu já havia respondido e respondo mais uma vez.

Esse gasto, se você dividir, fica em torno de 15% a 16%, dentro de uma certa normalidade, lembrando que o contrato com a empresa gestora é relativamente fixo. Se eu atender 40 mil vidas, eu vou pagar esse custo administrativo, e atendendo 200 ou 300 mil vidas, eu continuo tendo esse custo administrativo.

Então, à medida que o MT SAÚDE vai crescendo, e agora com a inclusão do Poder Judiciário, com a inclusão do Ministério Público, Tribunal de Contas, Prefeitura de Cuiabá e Várzea Grande a tendência é o custo administrativo ir reduzindo muito.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E foram gastos com que, esses 12 milhões?

O SR. YURI BASTOS JORGE - Pagamento do SESI Vida, pagamento da utilização da rede do SESI Vida.

Quanto à segunda pergunta, nós temos hoje duas figuras contratuais com o SESI Vida, uma delas o SESI faz a gestão do MT SAÚDE, é ele que faz auditoria em conta médica, que faz a regulação, o que pode ou não pode. Esse é o trabalho do SESI Vida. Conectividade e gestão, ele que faz.

E a segunda figura contratual, Deputado Sérgio Ricardo, é para utilização da rede de atendimento, rede de prestadores de serviços que o MT SAÚDE utiliza hoje.

No dia 27 de abril do ano passado, quando inauguramos o MT SAÚDE, não tínhamos nenhum médico credenciado, nenhum hospital ou laboratório credenciado.

Deputado João Malheiros, se nós tivéssemos que recorrer ao credenciamento, ou seja, assinatura de contrato com todos os médicos, hospitais, laboratórios, quase 2 mil profissionais, entre médicos, hospitais e laboratórios, quase 2 mil prestadores, se tivéssemos que recorrer a primeiro elaborar rede e depois colocar o MT SAÚDE em funcionamento, talvez, até o dia de hoje não estaríamos funcionando e salvando vidas.

O que nós fizemos foi efetivamente assumir uma segunda figura contratual, Hélio, e utilizar a rede de prestadores de serviços que o SESI Vida tem. Isso é comum em plano de saúde, chama-se reciprocidade de rede.

Eu cito um exemplo com relação à UNIMED. A UNIMED de Cuiabá não tem um hospital credenciado em Curitiba, por exemplo. Ela faz reciprocidade de rede com a UNIMED de lá. Isso é comum em plano de saúde e foi o que fizemos.

Nós, em conjunto com o SESI... O Augusto colocou e realmente ficou meio esquisito, parece que ele comunicou, avisou o MT SAÚDE. Mas nós já vimos, há algum tempo, conversando sobre essa elaboração de rede, inclusive no contrato de gestão que o MT SAÚDE tem, o SESI prevê que o SESI dará todo apoio e amparo para que o MT SAÚDE elabore sua própria rede e nós vimos fazendo.

Temos uma equipe hoje no MT SAÚDE, inclusive coordenada pelo Dr. Ivo, que vem tratando da elaboração da rede própria. Abrimos credenciamento, publicamos um edital de credenciamento e aqueles profissionais que preencherem esse edital, com certeza, poderão ser credenciados e atender os servidores do Estado de Mato Grosso.

A terceira pergunta...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ainda nessa segunda questão, isso significa que após a finalização do contrato com o SESI Vida o MT SAÚDE assume a gestão de rede?

O SR. YURI BASTOS JORGE - Não.

São dois contratos. O contrato de utilização da rede deixamos de ter, aí vamos utilizar, vamos ficar com o contrato de gestão. E isso é muito positivo para nós e é positivo para a classe médica.

Eu conversei com a Drª Cristina há algum tempo, dizendo que inclusive vai beneficiar a classe médica uma vez que vai reduzir o tempo de pagamento.

Hoje, o médico atende o paciente do dia 1º ao dia 30, apresenta a conta ao SESI Vida até o dia 05, aí o SESI tem até o final do mês para auditar essa conta e apresentar ao MT SAÚDE. O MT SAÚDE tem 30 dias para pagar o SESI. Desse pagamento, mais 07 dias até o dinheiro cair na conta do SESI e mais um tempo até conseguir repassar isso para o médico. Então, era muito tempo e esse contrato direto com o MT SAÚDE facilita esse relacionamento, melhora o nosso relacionamento com a classe médica e diminui o tempo de pagamento com a classe. Isso é muito positivo para ambas as partes.

Terceira pergunta...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A terceira é sobre o reembolso. Ela pagou R$50,00 pela consulta e reembolsou apenas R$33,00.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada, eu fiquei feliz quando a senhora leu, no início da audiência, o artigo que deixa claro que o MT SAÚDE não pode fazer pagamento à revelia. Nós temos uma tabela.

Começamos a viver um procedimento de paralisação, de descredenciamento, como colocou a Drª Cristina, foi um momento difícil, pedimos a todos, enviamos cartas aos usuários, fizemos telemarketing, orientando como proceder, que entrasse em contato com o MT SAÚDE para que nos pudéssemos oferecer um médico que não havia paralisado, mas se porventura fosse um determinado médico que estivesse descredenciado, então, que procedesse ao pagamento da consulta para solicitar o reembolso ao MT SAÚDE. Mas o MT SAÚDE, enquanto órgão público, não pode fazer pagamento à revelia. Temos que pagar e reembolsar de acordo com a tabela vigente. A senhora leu o artigo sobre o reembolso no início da audiência. Então é o que o MT SAÚDE hoje faz.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Veja bem, no caso da servidora, não sei se foi o caso dela, mas vamos supor que um servidor que contribui com o MT SAÚDE, na hora do atendimento, não tendo em mãos os valores pagos pelo MT SAÚDE e, precisando do atendimento médico, o valor cobrado por ele é aquele. E aí ele é obrigado a pagar para ser atendido. Quer dizer, como que ele vai se responsabilizar por algo que ele não tem informação naquele momento do atendimento? Como foi o caso de um servidor que me trouxe uma situação, em que ele já estava no leito, internado, e foi solicitado que ele saísse do leito porque tinha expirado o

pagamento ou ele pagasse o valor. Ele pagou, parece-me, se eu não me engano, 300 reais, algo assim, para poder continuar no leito. Ele estava convalecido. Como é que ele ira sair... Então, nesse sentido que eu pergunto agora a Vossa Senhoria. O servidor não tendo as informações em mãos, o valor cobrado é aquele, e ele, depois, como vai ser ressarcido diante de um valor que é definido pela tabela.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada, nesse caso específico, foi pura falta de informação. Talvez, se tivesse entrado em contato conosco, nós daríamos o apoio necessário, porque, uma vez internado, ou até mesmo no caso de urgência, emergência, a entidade hospitalar não pode negar atendimento.

Essa paralisação foi de médicos. Não havia paralisação de hospitais e nem de laboratórios, nem de análises clínicas e nem de laboratórios de imagem.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Mas o caso citado aqui é de consulta.

O SR. YURI BASTOS JORGE - De consulta, sim.

Veja só. O MT SAÚDE e nem o Governo quer que nenhum servidor tenha prejuízo. Se nós buscarmos uma solução em conjunto, estamos prontos para aceitar. O que não podemos, hoje, é fazer reembolso aleatoriamente, qualquer um que chegue lá com recibo qualquer de valores astronômicos. Nós temos casos de servidores que vieram com recibo e notas fiscais de restituições, Deputado João Malheiros, de fora do Estado de Mato Grosso, com valores astronômicos. Infelizmente, o controle é rígido. É aquela insatisfação que eu coloquei para Vossa Excelência. O MT SAÚDE tem uma lei muito clara, tem um regulamento muito claro e nós todos estamos ali para cumprir esse regulamento. Não podemos sair fora dele. Se houver uma outra solução, uma outra alternativa dentro da legislação vigente em que podemos minimizar esse sofrimento, nós estamos prontos para atender.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O motivo por que teria que fazer justificativa para fazer exame.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Vossa Excelência me fez uma pergunta que eu teria que ter uns vinte minutos para responder.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vossa Excelência tem menos de três minutos.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Vou tentar aqui.

Mas, em síntese, muita coisa vem mudando no mercado de saúde suplementar, porque o Ministério da Saúde vem obrigando os planos de saúde a atender de "A" a "Z". Se você comparar com o seguro de carro, você pode assegurar seu carro para terceiros, assegurar só de incêndios, assegurar só de roubos, assegurar só de batida, só do seu, enfim... Já o seguro de saúde, não! Tem que atender de "A" a "Z".

Então, os planos têm se alterados, novos procedimentos têm chegado no mercado com valores diferentes, os custos para Planos de Saúde estão ficando muito caros e mecanismos novos de controle têm surgido. Um deles é o mecanismo de co-participação, onde o usuário de todos os Planos de Saúde no Brasil e no mundo - li um artigo recentemente publicado na Revista *Exame* - que relata que o mundo inteiro, as empresas estão adotando a co-participação. Você paga um percentual dessa utilização.

Então, esse caso é um mecanismo de controle. Antigamente as pessoas... E aí, eu volto... Desculpando aqui o Hélio que não gosta que eu relembre o IPEMAT, mas eu volto a relembrar o IPEMAT, que a coisa lá era muito fácil, porque tinha muito pouca gente ganhando rios de dinheiro com aquilo. Então, você ia lá buscar um exame, eles faziam questão que você levasse cinco: "Olha, faz logo cinco, seis, sete!". E, hoje, os custos são muito caros. Se nós não zelarmos

pelos custos do MT SAÚDE, o servidor de baixa renda, hoje, do Estado de Mato Grosso, ele tem acesso ao MT SAÚDE para toda sua família a partir de trinta e seis reais.

Então, o exame é parametrizado, os sistemas de autorização são parametrizados para obedecer, um tempo pré-determinado, pela Agência Nacional de Saúde de validade de um determinado exame. Se você fez um hemograma hoje, esse hemograma tem um prazo de validade de 30 dias, um exemplo. Se você tentar fazer um outro hemograma, com prazo menor dos 30 dias, o sistema não autoriza, a não ser que o seu médico justifique ou o médico auditor: "Olha, realmente, ele necessita desse exame!". Não é proibido, o MT SAÚDE não vai deixar você doente. E isso não é um mecanismo do MT SAÚDE, é um mecanismo de, absolutamente, todos os Planos de Saúde vigentes no mercado brasileiro hoje.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Srª Claudete Antônia da Silva, funcionária da Assembléia Legislativa, e depois o Sr. José Carlos Calegari, Presidente do SINDSINFRA. São os dois únicos inscritos aqui.

A SRª CLAUDETE ANTÔNIA DA SILVA - Primeiramente, boa-tarde, Deputada. Eu quero agradecer a senhora, por ter essa iniciativa.

O que eu quero falar aqui hoje é um assunto que, há meses, eu tenho tentado resolver com o MT SAÚDE e não tenho conseguido.

Este documento é um alvará de curatela da minha irmã. Ela já era minha dependente, conforme a declaração documentada que eu vou mostrar, pelo ISSSPL, judicialmente, na qual ela não foi integrada ao plano junto com meus outros dependentes.

Eu gostaria de saber do Presidente Yuri, por quê, sendo que eu estou devidamente documentada? Eu estou aqui procurando a declaração do ISSSPL. Essa é a primeira pergunta.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Você quer a resposta e depois faz a outra?

A SRª CLAUDETE ANTÔNIA DA SILVA - Sim.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Claudete, entendi sua situação, compreendo sua situação, mas, infelizmente, é o que eu disse agora há pouco, nós estamos lá para dirigir o MT SAÚDE, fazer uma boa gestão e, principalmente, cumprir o que manda a lei.

A lei estabelece que dependentes do MT SAÚDE é o marido, ou esposa, seu cônjuge e filhos até 18 anos, de 18 a 24 anos, desde que cursando nível médio ou nível superior. Esses são, de acordo com a lei que criou o MT SAÚDE, os dependentes do MT SAÚDE.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Pode falar Claudete.

A SRª CLAUDETE ANTÔNIA DA SILVA -Não foi esse o discurso que o senhor fez no plenarinho da Assembléia Legislativa, no qual, no mesmo dia, eu te fiz essa mesma pergunta e o senhor falou que, se fosse devidamente documentada, não teria problema algum.

A sua funcionária está lá em cima, não sei o nome dela, não me lembro mais, foi passado várias vezes para ela, eu perguntei várias vezes para ela... O seu nome, por favor?... (NESTE MOMENTO, A ORADORA SE DIRIGE A PARTICIPANTE NAS GALERIAS.)

A SRª CLAUDETE ANTÔNIA SILVA - Camila.

Eu estive várias vezes conversando com a Camila, passei a documentação toda.

O senhor está falando de lei, mas eu tenho aqui, para ela entrar no ISSSPL não foi porque fulano ou cicrano é meu amigo e facilitou. Foi uma declaração judicial. Se eu estou devidamente documentada, quero saber por que até hoje ela não está no plano de saúde?

O SR. YURI BASTOS JORGE - Claudete, se você precisar do apoio do MT SAÚDE, do apoio da Secretaria de Estado de Saúde, eu me coloco à disposição para tentar auxiliar a senhora. Mas, se a senhora até conseguiu o documento judicial, eu não posso infringir o que

determina a lei. O ISSPL é uma coisa e o MT SAÚDE é outra. Infelizmente, é o que eu estou colocando para a senhora, a lei...

A SRª CLAUDETE ANTÔNIA DA SILVA - Mas ela já era a minha dependente no ISSSPL. Automaticamente, todos os funcionários da Assembléia Legislativa que passaram para o MT SAÚDE, sem carência. Foi um acordo feito com o senhor na época para todos... Nós temos hoje aqui, no momento não dá para citar nomes, filho de fulano, filho de sicrano, agregados, pai de fulano que já vem do ISSSPL e entrou direto no MT SAÚDE. Por que ela não entrou? Essa é a minha pergunta. Eu não estou entendendo se eu já estou devidamente documentada, eu não estou infringindo a lei.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Claudete, uma sugestão a você, porque realmente você tem um documento legal de guarda...

A SRª CLAUDETE ANTÔNIA SILVA - Curatela.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então. Eu vou fazer uma sugestão, enquanto o Sr. Yuri e a sua assessoria jurídica respondem o seu questionamento: o Bruno, nosso assessor, também está aqui atrás e está buscando na lei se existe um aparo para você. Por isso é necessário que você mostre esse documento para que nós possamos ler e ver se na lei tem amparo. Se tiver, com certeza, você tem razão na sua reivindicação.

A SRª CLAUDETE ANTÔNIA SILVA - Eu agradeço desde já e vamos aguardar um acordo.

A segunda pergunta é a seguinte: o Dr. Álvaro Roberto Assunção é o meu médico, eu estou grávida, e até segunda-feira passada, dia 02, eu também paguei e até hoje não recebi. No momento eu não estou com o número do protocolo aqui, mas já são duas consultas que eu pago cinqüenta reais e não tenho nenhum retorno. Pediram-me o número da minha conta, fui lá, fiz todo o procedimento, e também não me passaram. Eu quero também saber porque ainda ele não voltou; e como ele não voltou, sendo ele o meu médico, gostaria de saber se o MT SAÚDE vai garantir o meu parto ou se eu tenho que fazer como já sugeriram pelo telefone, pelo 0800: trocar de médico.

Eu tenho um caso muito grave na família de erro médico. Para mim, a confiança no meu médico é tudo! Eu quero assegurar o meu parto, desde que seja possível. Senão, eu vou procurar meus direitos na justiça.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Yuri.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Claudete, com relação aos procedimentos de reembolso, estão todos regularmente sendo feitos, dentro do prazo previsto no MT SAÚDE. Não constam, não existem processos de reembolso pendentes. Você deve receber nos próximos dias.

Com relação ao Dr. Alberto...

A SRª CLAUDETE ANTÔNIA SILVA - Álvaro Roberto Assunção, do Hospital Santa Rosa.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Com relação ao Dr. Álvaro, pela informação que nós obtivemos agora, e eu fiz questão de colocar isso no final da minha fala, já foi assinado o acordo que põe fim a 100% desse descredenciamento, da paralisação. O Dr. Álvaro já deve estar atendendo. Se por ventura você tiver algum problema com o atendimento do Dr. Álvaro, faço questão que você ligue no 0800 e comunique ao MT SAÚDE, porque é a maneira que nós temos de tomar conhecimento dos problemas que estão acontecendo, até para que nós possamos agir em cima desse problema.

Primeiro, entre em contato conosco. Prometo que posso pessoalmente até entrar nessa questão para ver o que está acontecendo. Mas eu acho que não vai haver problema.

As questões que a atendente do 0800 deve ter colocado para a senhora foram como sugestão. Deveria estar paralisado realmente. Ela deve ter dado uma sugestão. Entendemos que, às

vezes, tem médicos que você não quer; por isso nós temos o procedimento de reembolso, para estar recebendo.

A SRª CLAUDETE ANTÔNIA DA SILVA - Só mais uma pergunta, agradecendo a sua resposta, a sua compreensão pelo que eu estou falando aqui: já é o segundo mês que eu pago - estou com o meu holerite aqui em que veio descontado, co-participação, R$17,42 -, então qual o valor da consulta ginecológica? Ou seja, eu estou fazendo pré-natal. Não é bem uma consulta ginecológica. O medico vai chegar, medir minha pressão, me pesar, ver se está tudo bem... Qual que é o valor?

O SR. YURI JORGE BASTOS - R$33,60. É a tabela em vigor no MT Saúde.

A SRª CLAUDETE ANTONIA DA SILVA - Obrigada.

A SRª PRESIDENTE VERINHA ARAÚJO - Obrigada, Claudete. Peço que você entre em contato com o Bruno, aqui atrás, por causa da sua primeira pergunta. Convido, agora, o Sr. José Carlos Calegari, Presidente do SINDSINFRA; e depois a Ana Elza, Presidente do Sindicato do DETRAN. Peço a ela que desça, porque nós estamos taquigrafando, e ela precisará usar o microfone aqui à direita.

Outros colegas, servidores ou sindicatos que estejam nas galerias e queiram usar a palavra para perguntar, podem descer. Peçam aos seguranças para orientá-los a virem aqui no plenário usar a Tribuna. Qualquer pessoa que estiver nas galerias e que quiser fazer alguma pergunta, estamos à disposição aqui. A nossa audiência procede. Nós temos Sessão às 17:00 horas horas, então, antes das 17:00 horas, nós encerraremos.

O SR. JOSÉ CARLOS GALEGARI - Boa tarde, Deputada Verinha Araújo, boa tarde Secretários, Presidente do Mato Grosso Saúde, colegas sindicalistas, servidores e autoridades presentes. Nós, desde o inicio da... Desculpem-me. A Presidente pediu para eu me identificar. O meu nome é José Carlos Calegari e eu sou Presidente do SINDSINFRA.

Desde o início da criação do projeto MT SAÚDE nós temos acompanhado. Nós temos torcido para que esse projeto seja bem sucedido, para que ele funcione. Quando fazemos críticas - e o Yuri já me puxou a orelha uma vez - é no sentido de que esse projeto funcione, que todos sejam bem atendidos. O servidor público do Estado de Mato Grosso está precisando de um plano mais barato porque a defasagem salarial dos últimos doze anos foi muito grande em todos os setores do serviço público, quer seja federal, estadual ou municipal.

Eu queria fazer a primeira pergunta ao Sr. Yuri e depois eu gostaria de comentar um pouco mais sobre o MT SAÚDE.

Por que nós vimos na imprensa, Sr. Yuri, noventa dias de atraso de pagamento para os médicos se o senhor, na sua fala, disse que o Estado paga rigorosamente em dia, repassa rigorosamente em dia, os recursos para o MT SAÚDE?

Segunda pergunta: Por que o atendimento no interior... E eu quero registrar que tenho acompanhado porque tenho servidores em todo o Estado de Mato Grosso filiado ao meu Sindicato, em todas as cidades, e o atendimento no interior está precário. Infelizmente, ainda não é aquele atendimento que nós sonhamos.

E tem mais duas perguntas, mas eu gostaria que respondesse essas duas para que possamos concluir.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu peço para você fazer todas as perguntas, que depois o Sr. Yuri responderá.

O SR. JOSÉ CARLOS CALEGARI - Deputada, depois eu perderei o direito à palavra?

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Depois o senhor poderá fazer uma réplica.

O SR. JOSÉ CARLOS CALEGARI - Então, eu vou fazer as perguntas, o Sr. Yuri registra e depois eu gostaria de fazer um comentário aqui.

Bem, nós tínhamos cobrado, quando ainda era Secretário de Administração o Sr. Marcos Machado, que se colocasse na lei que cria o MT SAÚDE uma participação na administração, através de Conselhos, no MT SAÚDE. Foi colocado na questão que fala sobre o pagamento. Até hoje essa promessa de correção da lei não foi feita.

Também, foi um compromisso do Governo Blairo Maggi... E eu queria que registrassem e que as câmeras pudessem pegar. Está aqui a assinatura do Governador, o dia 21/09/04. Ele achou que isso era viável. Nós, através do Fórum Sindical, protocolizamos, mas até hoje esses Conselhos que estão na lei do MT SAÚDE não aconteceram. Protocolizamos também na Casa Civil, no dia 27/08/04, e até hoje não aconteceu; e também no MT Saúde, no dia 16/09/04, e até hoje não aconteceu a nomeação do Conselho.

Nós queremos montar esse Conselho, é nosso desejo para que os servidores acreditem mais no MT Saúde.

Eu, particularmente, defendo e acho que todos os servidores têm que defender, têm que torcer para que o MT Saúde dê certo, mas ele precisa estar lá dentro, ele precisa ter participação nessa administração, através desses conselhos para que nós possamos distribuir essa credibilidade junto aos nossos filiados. Era só isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Se algum membro da Mesa, além do Yuri, quiser usar a palavra para responder o questionamento, está aberto.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Calegari, a primeira pergunta é sobre o pagamento que se ouviu falar que o MT Saúde deve, não sei se deve médico...

O SR. JOSÉ CARLOS CALEGARI - Eu vi na imprensa.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Na imprensa? Não, não. Eu desconheço que tenha saído na imprensa falta de pagamento.

Mas eu quero esclarecer dois pontos: primeiro, o MT Saúde jamais deixou de pagar algum médico, algum hospital, até porque ele nunca teve contrato com nenhum médico, com hospital, temos um contrato com o SESI Vida, e relatamos aqui os pagamentos. Estamos em dia. O último pagamento vai ser feito amanhã, do mês passado. Está tudo certo.

Eu não entendo porque... Eu não estou dizendo que você está faltando com a verdade, eu já ouvi falar isso, inclusive, no 0800, alguns usuários do MT Saúde que entraram em contato conosco e relataram essa situação que Dr. Fulano, Dr. Cicrano, Dr. Beltrano falou que o MT Saúde não paga.

Eu sempre dizia o seguinte: Não paga vírgula, aquilo que talvez ele quisesse receber, mas o serviço prestado, quer dizer, está rigorosamente em dia, e vou dizer mais, neste Governo ninguém ficou sem receber.

Segunda coisa, atendimento no interior. Você tem toda razão, nós tivemos e temos ainda alguns problemas, todos são oriundos desse movimento médico, e isso aí vem sendo coordenado, não só Cuiabá e Várzea Grande, mas no Estado inteiro, tivemos um problema grande com imagem em Rondonópolis, tivemos um problema com atendimento que posteriormente foi resolvido, na Santa Casa de Rondonópolis, que atendemos, até porque o Governo do Estado está investindo alguns milhões na Santa Casa de Rondonópolis. Quero que fique registrado aqui. Tivemos um problema com laboratório em Sorriso e Sinop. Tivemos problema com ortopedia em Cáceres e com urologia também. E nós temos, quando tomamos conhecimento dos problemas, imediatamente descolado uma equipe até o município para procurar resolver o problema.

É por isso que repito mais uma vez que é imperativo que o usuário do MT Saúde defenda o seu plano, entre em contato conosco e avise: “Olha, está tendo um problema de

atendimento com o Doutor Fulano, com o Doutor Cicrano". Isso é para tomarmos as devidas providências.

Eu gostaria de transferir para o Dr. Geraldo de Vitto, Secretário de Administração, essa questão do Conselho, lembrando que essa lei foi elaborada por nós, no IPEMAT à época, e eu já entendia que nós tínhamos que superar algumas barreiras grandes e tínhamos pensado muito nesse Conselho que está sendo montado.

Passo a palavra ao Secretário de Administração Geraldo de Vitto.

O SR. GERALDO DE VITTO - Quero inicialmente cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, o Deputado João Malheiros, o Deputado Sérgio Ricardo, o Deputado Mauro Savi, que estava aqui, demais membros desta Casa, senhores representantes sindicais, senhoras e senhores.

Primeiramente, seria interessante salientar que o Governo tem, sim, atendido as reivindicações com relação à montagem do Conselho, tanto que foi editado um decreto, datado de maio deste ano, regulamentando a atuação desses Conselhos e somente a cerca de 30 dias, no máximo, 50 dias, é que alguns nomes nos foram encaminhados para preenchimento das vagas dos Conselhos. Então, é bom ficar bem registrado isso, que apesar de o primeiro pleito ser datado de outubro de 2004, somente agora alguns nomes chegaram. Nós estamos enfrentando alguns problemas legais com relação às indicações, o evento está sendo debatido, Calegari, com a própria PGE sobre a homologação disso aí, inclusive foi objeto de uma conversa há pouquíssimo tempo, acredito que há 10 dias, Lopes, que conversamos sobre um evento similar a esse daí, da indicação do COGEP. Tem uns dez dias. Mais ou menos uns dez dias que nós conversamos sobre isso, de que havia a questão de uma divergência de interpretação acerca desses membros. Mas, efetivamente, as indicações que foram colocadas vão ser homologadas e serão empossadas o mais rápido possível. Nós tínhamos a intenção de fazê-lo ainda na semana passada. Porém, como não tivemos, infelizmente, o parecer conclusivo da Procuradoria-Geral do Estado, não pudemos dar cumprimento a essa homologação. Mas a participação está assegurada por lei e por decreto dos servidores e essas cadeiras serão preenchidas o mais rápido possível. Só esse pequeno esclarecimento que seria interessante ser feito a todos os servidores.

Isso, mais uma vez, mostra a transparência que o Governo tem. E, principalmente, a nossa intenção - e até aí, aproveitando a boa colocação que o Lopes fez no uso da sua fala - que é intenção do Governo, sim, que esse programa, que este plano de saúde, principalmente, que este instituto de seguridade de saúde dê certo. Tanto que nós o estipulamos por lei e estamos colocando os servidores junto de alguns conceitos que fazem parte do órgão, da estrutura do órgão. Isso é para consolidar.

Agora, quero repetir algo que já foi dito nesta Mesa. Não há como qualquer Governo, ou com apoio da Assembléia Legislativa, dar mais garantia para o servidor do que a elaboração de uma lei. Qualquer tipo de permanência ela se deve com a participação dos senhores servidores, exigindo a permanência, participando, fazendo críticas e fazendo dar certo. O que nós, do ponto de vista, podemos fazer, é consolidar, através de legislação. A partir disso, os senhores, com o poder de votos que os senhores têm, de poder de voto, não só de conselho, poder de reclamação que os senhores vão ter para as melhorias, é que vão dar as diretrizes a qualquer tipo de evento em relação ao plano de saúde. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O senhor ainda tem alguma questão, Calegari?

O SR. JOSÉ CARLOS CALEGARI - Eu quero aqui só agradecer a sua iniciativa e parabenizá-la também.

E chamar a Assembléia Legislativa no sentido de ser a Casa do Povo quando os servidores estão com problemas graves, iguais estamos passando na questão de redução salarial. Que não pode deixar só o Governo assumir a responsabilidade, não. Nós, sindicalistas, assumimos a nossa responsabilidade. E acho que a Assembléia Legislativa... Eu encaminhei um ofício ao Presidente - sem resposta até agora. E quero registrar isso, hoje. Eu gostaria que a Assembléia Legislativa... Nessa questão do MT SAÚDE, parabenizo Vossa Excelência e também a Assembléia Legislativa por ter tomado essa iniciativa, mas não é só o MT SAÚDE o problema do servidor público. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sabemos disso!

Sr. José Carlos Calegari, eu só quero passar às mãos do senhor o Decreto nº 5.730, sobre a questão do Conselho e fazer um alerta ao senhor e aos representantes de Sindicatos daqui para que ocupem esse espaço, porque o Conselho é composto de seis membros, sendo três do Governo e três dos servidores. Inclusive, aqui diz, no § 2º, inciso IV, que se os servidores não preencherem, quem vai indicar é o Governador do Estado.

Então, vamos ocupar o espaço que os servidores têm direito que, inclusive, o senhor está reclamando aqui no microfone, cobrando da Assembléia Legislativa...

O SR. JOSÉ CARLOS CALEGARI - Não, não! Nós já encaminhamos para o Governo - eu mostrei aqui - há um ano atrás. No entanto, até agora... E agora, há poucos dias, o Fórum Sindical, através da Coordenação do Hélio Lopes, encaminhou os nomes para o Secretário.

Então, nós estamos tomando as providências que nos compete como representantes sindicais. Agora, aguardamos da Assembléia Legislativa cobrar não só esse espaço como do COGEP e também assumir responsabilidade - isso eu gostaria que ficasse registrado para o Presidente da Assembléia - porque quando os servidores estão sendo penalizados em outros assuntos que não só o MT SAÚDE, que a Assembléia Legislativa seja a Casa do Povo e nos abra a oportunidade do debate, como está sendo feita hoje com a questão do MT SAÚDE.

Era só isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Está aqui nas suas mãos o Decreto.

Queremos só retificar que o Sr. Luiz Augusto Moreira da Silva é o Superintendente do SESI Vida, Departamento Regional de Mato Grosso.

Antes de passar a palavra a Srª Ana Elza, eu vou passar a palavra ao Deputado João Malheiros, que precisa se retirar.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Deputada Verinha Araújo, que preside esta Audiência Pública; companheiros Deputados Mauro Savi e Sérgio Ricardo - que aqui estiveram até há pouco e penso estarem aí na ante-sala dos Srs. Deputados - Dr. Geraldo de Vitto, Secretário de Estado de Administração do Governo Blairo Maggi; Dr. Luiz Augusto Moreira da Silva, Superintendente do SESI Vida; meu querido companheiro Yuri Bastos Jorge, Diretor-Presidente do MT SAÚDE; Sr. Hélio Lopes, do Fórum Sindical; Drª Maria Cristina Pacheco, Presidente da Comissão de Honorários Médicos, senhores servidores, muito boa-tarde.

Eu quero fazer aqui um pequeno retrospecto de que, na terça-feira passada, nós estivemos em Poconé numa Audiência Pública acompanhando o eminente Deputado Zé Carlos do Pátio, quando tratávamos lá, Deputada Verinha Araújo, dos assentados, dos acampados, enfim, dos produtores rurais daquela região.

Estivemos agora, na sexta-feira, em Água Boa, a Assembléia Legislativa discutindo a pavimentação da BR-158.

Estamos hoje aqui com a Deputada Verinha Araújo, discutindo o MT SAÚDE.

Portanto, eu quero dizer com isso que a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso tem estado em todos os recantos de Mato Grosso procurando discutir com a sociedade,

através das audiências que, no meu entendimento, é o que mais rende, como esta que hoje estamos fazendo aqui, Deputada Verinha Araújo. Onde dá oportunidade do Yuri, que é realmente uma pessoa que tem uma paixão, um amor extraordinário pelo que faz e pelo que está fazendo como Presidente do MT SAÚDE.

Nós reconhecemos também, como reconhece o Yuri, como reconhece o Secretário, que apesar de todos os esforços que o Governo faz, algumas falhas existem e as críticas e as sugestões que são apresentadas, evidentemente, servem para que nós possamos aprimorar ainda mais os nossos atendimentos para o bem-estar do povo mato-grossense.

Portanto, eu faço uso da fala para parabenizar o meu amigo, companheiro e parente... Aliás, eu tenho dois primos hoje aqui nesta mesa de honra, Deputada Verinha Araújo. O Luiz Augusto e o Yuri Bastos, ambos são primos. Não é por isso que faço referências elogiosas, faço porque os conheço de perto e sei da competência, da seriedade e do trato que tem com a coisa pública.

No caso do Yuri, fomos vereadores juntos. Eu fui Presidente da Câmara de Cuiabá e pude contar lá com o apoio irrestrito do Yuri para bem servir o povo da minha terra, Cuiabá. E agora aqui, no MT SAÚDE, o Yuri não está fazendo um trabalho menos importante, muito pelo contrário, está, no meu entendimento, respondendo, assumindo e procurando melhorar cada vez mais a situação da saúde do povo, do servidor do meu querido Estado de Mato Grosso.

Mas boa tarde a todos. Espero que nós possamos daqui sair com o MT SAÚDE ainda mais produtivo, mais forte e mais robusto para que possamos a ter, volto a repetir, uma saúde digna, dar uma saúde digna aos funcionários e quando eu digo funcionários, não posso me esquecer dos funcionários também desta Casa Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Boa tarde!

Muito obrigado. (PALMAS)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A Drª Maria Cristina pede licença. Ela tem que se retirar. Agradecemos a sua presença.

Vou chamar a Ana Elza e, em seguida, o Adriano, funcionário da Secretaria de Saúde.

Peço, se alguém quiser usar a palavra, que se inscreva para fazermos esse último bloco e passar a palavra para os membros da Mesa.

A SRª ANA ELZA - Boa tarde a todos, especialmente à composição da Mesa, cumprimento a Deputada Verinha Araújo e os demais.

Eu tenho aqui cinco perguntas a serem feitas. Eu vou fazer as questões e deixo para que o Yuri responda. Assim como eu, muitos servidores gostariam de tirar essa dúvida.

Primeiro, é sobre a questão do reembolso: durante o período em que os médicos deixaram de atender, os servidores tiveram que pagar em média de quarenta a cem reais por consulta. O MT SAÚDE reembolsa apenas trinta e poucos reais, enquanto que o PROCON orienta que seja exigido o reembolso integral do valor pago. Qual as providências que o MT SAÚDE está tomando com relação a isso? É necessário o servidor entrar na Justiça ou procurar o PROCON para poder ser atendido?

A outra questão: Quantos servidores existem hoje no MT SAÚDE? Desses servidores existentes, quantos são cargos comissionados e quantos são efetivos? Quais os critérios utilizados para colocar servidores lá, já que não foi feito nenhum concurso público para preenchimento de vagas para o MT SAÚDE? Já que tem um número muito grande de servidor de cargo comissionado, o que garante a continuidade dos trabalhos do MT SAÚDE?

São essas as minhas questões, para as quais eu gostaria de obter a resposta. Muito obrigada (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Ana Elza.

Adriano, funcionário da Secretaria de Saúde.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Pela Ordem.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Depois o senhor responde em bloco, gostaríamos de chamar todos para usar a palavra. Com a palavra o Sr. Adriano, e depois a Srª Maria Auxiliadora.

O SR. ADRIANO - No domingo, eu fiquei sabendo que na segunda-feira seria assinado um acordo para que voltassem os médicos. Na segunda-feira eu marquei a cirurgia da minha esposa, cesariana. Chegando no hospital tive que desembolsar R$668,00 para o ginecologista, R$230,00 para o auxiliar e R$496,00 para o pediatra. Liguei para o MT SAÚDE, e eles me falaram que eu seria reembolsado. A tabela que foi me dada foi a dos convênios lá do Hospital Jardim Cuiabá. Eu gostaria de saber se eu vou receber todo esse valor aqui: R$1.494,00. Foram três cheques que eu fiz para cada médico. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada. Está anotado. Só um momento, porque tem a Maria Auxiliadora.

A SRª MARIA AUXILIADORA - Boa tarde a todos. Minha questão é de esclarecimento também.

Eu tenho quatro filhos. Dois já saíram, porque já são maiores. Um estava com dezessete anos, e logo que completou dezoito, junho agora, foi retirado. Ficamos só eu e a minha pequena de doze anos, mas continuo pagando o mesmo preço de quando éramos três. E eu gostaria de saber.

E lá no ISSSPL continuaria, porque o menino, até os 24 anos, fazendo faculdade, acho que deveria.... Ele não trabalha ainda, então eu gostaria de saber isso daí. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Maria Auxiliadora, o seu filho que saiu do plano, o de dezoito anos, tem que formação?

A SRª MARIA AUXILIADORA - Ele terminou o segundo grau e vai ingressar na faculdade. Ele está...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Já foi aprovado?

A SRª MARIA AUXILIADORA - Não. Ele está fazendo cursinho.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Certo. Obrigada. Eu gostaria de saber se alguém mais gostaria de fazer alguma pergunta...

Por favor, o senhor identifique-se na hora de usar a Tribuna.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada, eu gostaria de responder essas que já foram feitas.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Pode ficar tranqüilo, todas as questões estão anotadas aqui.

O SR. JOSENIL - Boa tarde! O meu nome é Josenil, sou professor da Secretaria de Educação do Estado.

Eu quero cumprimentar a Mesa, em nome da Presidente, Deputada Verinha Araújo e, até certo ponto, parabenizar o Diretor-Presidente do MT SAÚDE.

Tem uma pergunta que eu quero fazer, que eu questiono. Pelo fato da separação do SESI VIDA do MT SAÚDE quais são os hospitais, a rede de saúde que vocês vão contratar? Porque, não me lembro do nome da funcionária, eu tive a informação de que os contratos para hospitais seria através daquele hospitalzinho. Então, está me preocupando essa questão.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Sr. Josenil.

Alguém mais? (PAUSA).

Eu vou passar a palavra ao Sr.Yuri Bastos Jorge.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Sr. Josenil, eu gostaria de lhe responder, mas eu não entendi direito o que o senhor quis dizer quando falou em hospitalzinho.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ele quis dizer o seguinte: Que a medida que romper o contrato com o MT SAÚDE se a qualidade vai continuar sendo a mesma, já que hoje os hospitais são de maior porte.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Não é interesse do MT SAÚDE baixar a qualidade. Não há porque. Os valores da tabela de pagamento são os mesmos. Lá tem equipe rigorosamente técnica. Eu garanto ao senhor e a todos os servidores que têm e que não têm o MT SAÚDE que o padrão de qualidade vai ser o mesmo, senão, melhor. Relembro aqui que dias antes de se iniciar a paralisação nós entregamos ao Governador do Estado uma pesquisa que foi feita com os servidores do Estado que têm e que não têm o plano e o resultado para nós foi extremamente positivo. Mais de 90% em nota de gerenciamento, de atendimento, mais de 90%. Então, isso é muito bom para nós.

Respondendo aqui a Dona Maria Auxiliadora.

Dona Maria Auxiliadora, eu entendo o que a senhora está dizendo, mas o plano foi feito para o servidor do Estado de Mato Grosso, podendo esse servidor colocar seus dependentes gratuitamente, que são filhos menores de idade e cônjuge. Se o seu filho atingiu a maioridade, é algo mais que o MT SAÚDE deu para a senhora. Se estiver na faculdade ele pode permanecer no plano. Lembrando, mais uma vez, que o ISSSPL era uma coisa. O MT SAÚDE é outra coisa, totalmente diferente. Nós temos que cumprir com o que determina a lei.

Deputada Verinha Araújo, gostaria de dizer a Vossa Excelência que, mais uma vez, vi aqui a Ana Elza, que veio com muita ênfase, e eu gostaria imensamente de responder logo na seqüência. Ela disse, com muita ênfase, que é um absurdo o número de cargos comissionados e como é que vai garantir a permanência... Eu gostaria de saber se a senhora sabe quantos servidores comissionados o MT SAÚDE tem?

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ela está perguntando ao senhor, Superintendente.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Ela afirmou que existem...

Vamos lá, vou colocar: O MT SAÚDE tem 12 funcionários comissionados e 16 funcionários efetivos, uma estrutura extremamente pequena. O serviço é todo terceirizado e todas as nomeações foram técnicas.

Veja Vossa Excelência também que as informações fossem solicitadas ao MT SAÚDE. Nós temos todo prazer e uma equipe de pessoas de prontidão para dar todas as informações que a senhora e os demais servidores desejarem. Dou aqui um exemplo: a Ana Elza esteve aqui com aquela questão, que nós estamos prontos para ajudar - está aqui o Jurídico -, se houver possibilidade, de acordo com a lei, vai ser feito. Mas ela falou aqui do reembolso, que é um absurdo e tal.

Dona Elza, o reembolso da senhora foi efetivado no dia 25/08, aliás, Dona Elza, não, Claudete Antônia da Silva.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A Claudete foi a que fez a pergunta antes.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Ela falou do reembolso, dia 25/08, Claudete Antônia da Silva, Agência 43150, conta final - 780. A ordem bancária saiu em 25/08.

Se tiver mais algum, gostaria que a senhora entrasse em contato conosco para estarmos verificando.

Em muitos casos existe até mesmo a falta de informação. Nós temos, principalmente nesse período de paralisação, nós montamos um exército para dar todo apoio a todos vocês. Nós no MT SAÚDE entendemos muito a situação, que é o atendimento de saúde. Saúde não

marca hora, não espera, a hora que acontece tem que ter o apoio necessário e nós fazemos o possível e o impossível para garantir o atendimento, só não damos conta de fazer milagre.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Tem uma pergunta que a Ana Elza fez: se o reembolso é o valor real pago ou se segue uma tabela, já que o PROCON tem uma orientação de que deve ser dado o valor real pago.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada Verinha Araújo, o que eu posso dizer hoje? Que nós cumprimos rigorosamente o que determina a lei do MT SAÚDE. E a lei do MT SAÚDE, lembrando que é um órgão público, diz que é para fazer e efetivar o reembolso de acordo com a tabela de venda. Então, se a tabela é uma, nós temos que reembolsar dessa forma. Se eu fizer diferente, amanhã, eu posso vir até a responder algum processo na justiça.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, eu vou fazer uma sugestão a Vossa Excelência, não sei se já foi feita, para que remetesse essa tabela a todos os servidores que têm o plano, para que eles recebam nas suas residências para que também os hospitais e consultórios afixem nos locais de atendimento o valor da tabela.

Isso já está sendo feito?

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada, essa tabela está à disposição no *site* do MT SAÚDE, na *internet*, e até mesmo pelo 0800, que é gratuito e 24 horas - é só ligar. Não enviamos nem a tabela vigente e nem a tabela de co-participação por uma questão de economia. São 40 mil servidores, em torno de quase 20 mil titulares. Nós teríamos que produzir 20 mil cópias de um documento que tem várias páginas. Seria um gasto extremamente imenso com gráfica para estar informando. Então, é muito mais fácil ligar no 0800 e perguntar sobre o procedimento, quanto custa, quanto é de co-participação, que vai ter todas as respostas.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sr. Yuri, essa tabela daria uma página?

O SR. YURI BASTOS JORGE - Não. A tabela é ampla.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quantas páginas?

O SR. YURI BASTOS JORGE - Não é só isso. Isso aqui não tem todos os procedimentos.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu acho que é possível fazer um trabalho gráfico, um resumo, um trabalho bom. Eu vejo tantos materiais do MT SAÚDE, vi *outdoor*, grandes *outdoors* na cidade, com luz, com tudo. Acho que não custa nada fazer. É uma sugestão, até para contribuir.

Há uma outra pergunta, do Adriano, que fez um depoimento, que pagou R$1.494,00 com sua esposa, se ele vai ser reembolsado na totalidade.

Ele, me parece, disse que pagou o valor à luz da tabela.

Você já protocolou isso, Adriano, essa solicitação? Você já protocolou o pedido de reembolso no MT SAÚDE?

(O SR. ADRIANO RESPONDE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. YURI BASTOS JORGE - Adriano, respondendo a você, a resposta é como já falei, infelizmente, temos, no MT SAÚDE, que cumprir o que determina a legislação. A lei determina o que podemos fazer. É um órgão público. Se eu fizer qualquer pagamento sem nota, qualquer pagamento sem que haja uma norma em vigência, amanhã, poderemos, todos, estar respondendo na justiça. Então, a tabela vigente hoje adotada pelo MT SAÚDE e demais planos de saúde é a CBHPM, com deflator de 20%, 25%. Então, o que pode ser reembolsado é esse valor. Se houver uma outra determinação que seja jurídica, enfim, em desacordo com o que rege hoje, vamos estar cumprindo.

Eu gostaria imensamente que você, se possível, deixasse... Toda vez que o servidor, usuário do MT SAÚDE entra em contato com o 0800-6477770, essa ligação é atendida numa central de atendimento da RBC. Existem 50 operadoras, 24 horas por dia. E essa ligação é registrada. Fica anotada. Quem ligou, dia e a hora e que tipo de problema essa pessoa teve.

Então, todos os dias, tem uma equipe que pega, resolve o problema do usuário, retorna a ele. E nós procuramos auxiliar a todos da melhor maneira possível. Então, fica registrado.

Gostaria imensamente que você ligasse. Se você ligou, informou, já está vindo para o MT SAÚDE, nós vamos atuar para tentar ajudá-lo. Se efetivamente ainda não foi pago, não foi descontado, até em contato com o hospital que você foi nós vamos entrar para ver se conseguimos resolver esse problema, e dar esse apoio. Não tem por que o MT Saúde não ajudar você.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Essa é a pergunta do Adriano, ela foi feita aqui, Yuri, e várias perguntas se baseiam na questão do reembolso.

E no Decreto n° 5.729, no artigo 2°, que eu li aqui, diz "que serão cobertos pelo Plano Mato Grosso Saúde todos os procedimentos especificados no rol de procedimentos nos Planos Ambulatoriais, Hospitalar e Hospitalar com cobertura obstetrícia, observando-se, no que couber, a Lei n° 9.656/98".

E essa Lei n° 9.656/98, no artigo 2°, item I, diz assim: "nos planos privados de assistência à saúde manter serviços próprios, contratar ou credenciar pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas e reembolsar o beneficiário das despesas decorrentes de eventos cobertos pelo plano."

Então, ele não diz aqui, em nenhum momento, que vai ser de acordo com a tabela do MT SAÚDE.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada, isso está aí. Está na lei. Vossa Excelência leu. Eu não sei em qual artigo, mas Vossa Excelência passou por alguns deles.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu li a lei que foi regulamentada por este decreto que diz no artigo 2° que o plano obedece à lei federal. Essa lei onde tem esse item que eu acabei de ler.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Essa Lei n° 5.696/98 é uma lei da Agência Nacional de Saúde que, vamos dizer assim, estabelece... Ela regulamenta os planos de saúde. E o MT SAÚDE, por ser um plano público, não é sujeito a Lei n° 9.656/98. Nós somos planos públicos. Podemos, inclusive, utilizar recursos do Sistema Público de Saúde, é um exemplo que podemos dar.

E dizer que o procedimento de reembolso não é regra. O procedimento de reembolso é uma exceção e num momento de paralisação que nós abrimos.

Veja só. Hoje, durante a normalidade... Hoje já foi aceito o acordo. Vamos começar a partir de amanhã 100% o atendimento garantido. O paciente do MT SAÚDE não pode procurar um médico que não seja credenciado e fazer uma consulta, pegar um recibo e pedir o reembolso. Não pode! O atendimento é feito com os profissionais credenciados, tanto é que mesmo durante o período de paralisação, se o servidor foi atendido por um profissional que não era credenciado, o reembolso não pode ser executado.

Então, não é um procedimento de norma, é um procedimento de exceção. Lembrando que não é uma regra do MT SAÚDE, mas de absolutamente todos os Planos de Saúde da Capital.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É o seguinte: Eu peço ainda aos colegas que queiram falar, porque tínhamos encerrado as inscrições no plenário, mas estamos registrando.

Então, eu vou abrir ainda para duas perguntas, que pediram. E vou abrir para as duas pessoas e depois para os pronunciamentos finais da Mesa, que o Dr. Luiz tinha solicitado também.

Lembrando a todos que fizeram questionamento sobre o reembolso que, se vocês quiserem utilizar legalmente as leis, vocês têm todo o direito. Inclusive, a própria lei que criou o MT SAÚDE e a Lei Federal é muito clara: Quem se sentir lesado nos seus direitos, pode recorrer judicialmente. Tem todo o direito de recorrer.

Eu peço para a senhora se identificar.

A SRª NILZA - Eu sou Nilza, professora aposentada.

Olha, o Hospital Ortopédico é credenciado e lá que aconteceu justamente isso: a minha filha teve um problema e eu paguei quarenta e dois reais e, na hora do reembolso, só recebi trinta e três reais.

Então, jamais nós vamos procurar médico que não seja credenciado, não tem porquê. Inclusive, nós temos os nomes dos médicos. Como é que justifica?

O SR. YURI BASTOS JORGE - Eu gostaria...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só um momento, Sr.Yuri, tem uma outra questão.

A SRª MARTA LOPES - Boa-tarde! Parabenizo a Deputada Verinha Araújo por essa iniciativa e por essa oportunidade que está dando para os servidores e para os usuários do MT SAÚDE de chegar aqui e se posicionar.

Eu trabalho na área de saúde, mexo com a área de saúde, então, eu sei a fundo como é você depender do INSS, como é você depender do SUS e, de repente, o Estado lhe fornece um plano de saúde que lhe dá mais facilidade.

Quero aqui deixar bem claro que nós devemos, sim, procurar os nossos direitos. Devemos pedir que seja cumprido aquilo que está escrito.

Eu andei observando em tudo que está acontecendo aqui, muitos de nós não leu o contrato. Muitos de nós não observamos o que está nos sendo oferecido. Quando foi passado o ISSSPL para o MT SAÚDE, antes que eu assinasse o meu contrato, eu observei muito bem o que ele estava me oferecendo.

Então, é só uma observação para os funcionários, para os usuários: leiam bem antes, porque aí depois você sabe o seu direito e pode procurar o seu direito.

O Yuri está fazendo um bom trabalho, eu o parabenizo. Todas as vezes que precisei do MT SAÚDE eu fui atendida. Tem caso de filha de funcionária, também, que precisou ter a curatela e ela está sendo atendida, sim, porque ela é filha, então, isso facilitou que fosse aceita no plano da sua mãe.

Então, eu quero aqui só deixar registrado que nós devemos ler aquilo que estamos fazendo.

E quero parabenizar o Dr. Yuri. Muito obrigada (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Para as considerações finais, eu peço ao Lopes, se você tiver alguma questão, o Yuri já responde na sua fala, depois o Dr. Luiz e, para encerrar, o Yuri.

Com a palavra, o Sr. Hélio Lopes.

O SR. HÉLIO LOPES - Bom, agora eu acho que vou poder fazer uso desses dez minutos que eu não utilizei no início.

Primeiro, por favor, vocês me permitam fazer uma pequena digressão aqui, até porque eu vim com uma preocupação e já estou com algumas preocupações, a menor delas é que uma pessoa de uma idade tão jovem tenha problemas de memórias tão graves.

Sr. Yuri, a primeira reunião que foi feita a respeito do MT SAÚDE ainda no gabinete do Dr. Marcos Machado, a pessoa que estava na sua frente é esta que está lhe falando. Na primeira reunião que teve no MT SAÚDE, no prédio que o senhor alugou na Avenida. Mato Grosso, aquela pessoa em quem até caiu um quadro na cabeça é esta mesma que está lhe falando.

Então, não procede o senhor falar que eu nunca estive no MT SAÚDE, até porque eu entendo que hoje eu não estou aqui em meu nome, estou aqui representando a coordenação de um Fórum. Se estive ou não estive no MT SAÚDE, isso é irrelevante. Não tem a menor importância. Eu não estou querendo reivindicar visita ao MT SAÚDE, nem estou falando em meu nome. Eu estou trazendo problemas que a categoria tem passado para esta coordenação! Quero deixar bem claro que se houve uma falha, se não fui identificado corretamente, faço isso agora. Eu sou coordenador do Fórum Sindical, estou representando quinze sindicatos de servidores públicos estaduais e é em nome deles que eu estou colocando esse tipo de problema, não é em meu nome próprio, eu não tenho autoridade para fazer isso.

Um outro ponto relevante que eu acho que nós podemos passar para ele é o seguinte: nós percebemos o problema de postura do Governo com relação a isso que nós estamos falando. Essa é uma preocupação muito mais relevante. Por quê? Porque eu tenho um conhecido, cujo filho estava indo muito mal na escola, e ele sempre perguntava: "Filho, você está tirando nota baixa?" "Não, pai, isso é assim mesmo. Isso aí é porque o professor me persegue, isso a gente tira de letra." Num outro mês: "Filho, sua nota continua baixa!" "Não, pai, isso foi uma coisa que aconteceu lá. O fulaninho brigou comigo, me distrai..." "Filho, você está tirando nota baixa..." E vinha uma outra desculpa, outra desculpa, e ele reprovou de ano.

A preocupação que nós temos com o MT SAÚDE não é que ele se justifique, não é crucificar o Presidente atual do MT SAÚDE, o Yuri, e nem qualquer outro que esteja. A nossa preocupação é como está sendo feito para que o MT SAÚDE funcione. Eu quero deixar bem claro aqui para o Presidente: o Sindicato de Servidores, Presidente, jamais estaria contra o MT SAÚDE. Somos nós que precisamos dele; não é a Presidência do MT SAÚDE que precisa do MT SAÚDE, somos nós servidores, somos nós os maiores interessados que funcione e que dê certo. Quando nós vimos numa Casa, a popular, assim como várias vezes já procuramos, apesar do senhor não ter lembrado, não é para criticar o Presidente do MT SAÚDE, não é para criticar o Governo Blairo Maggi ou qualquer Governo que esteja, é para que o MT SAÚDE funcione, para que os nossos filiados tenham a saúde que eles precisam, que eles merecem. Poderíamos parabenizá-lo pelas várias coisas que o senhor tem realizado. Eu acho que não é a ocasião, não é motivo de festa ainda. Eu acho que a crítica construtiva deve ser feita e, mais do que isso, deve ser apreciada. Nós devemos ter humildade suficiente para saber que nós erramos, reconhecer esse erro e, com ele, aprender. A greve existiu? Existiu. Foi um problema, foi uma crise. Não vamos tapar o sol com a peneira. Causa-me muita preocupação quando o Presidente do MT SAÚDE vem aqui e apresenta uma série de números para justificar essa instituição, para justificar o MT SAÚDE, quando não precisa. Somos nós que queremos o MT SAÚDE. Somos nós que exigimos o MATO GROSSO SAÚDE. Não é necessário que nenhum governo venha aqui falar que nós precisamos dele.

Não é necessário que nenhum Governo venha dizer o que ele está fazendo de bom. Nós queremos aqui consertar o que está errado. Não é hora de comemorar ainda. Gostaríamos de voltar a esta Casa em uma outra oportunidade para comemorar e falar tudo o que está acontecendo de bom. Eu acho que o momento agora é de reflexão, para nós vermos quais e como foram os erros, Sr. Presidente. Nós não estamos aqui para crucificar quem quer que seja. O Fórum Sindical, os servidores públicos desejam que nós encontremos um caminho para que tenhamos a saúde que nós merecemos e precisamos. Se nesse caminho tivermos que fazer críticas, mesmo que sejam duras,

mesmo que não sejam muito agradáveis, mesmo que não sejam muito palatáveis; vamos fazer, sim. E eu acho que nós temos que ter a humildade para reconhecer isso.

Então, Presidente, eu gostaria que o Governo do senhor, que já está mostrando muita eficiência em vários setores, tivesse uma ponderação de que nós não estamos contra o senhor. Não é o Lopes que está falando contra o Yuri; não é o Fórum Sindical que é o inimigo do Governo. Nós queremos melhorar. O Governo não tem experiência alguma em Plano de Saúde. É a primeira vez que se faz no Estado um Plano desse. Claro, estão terceirizando. O SESI tem bastante experiência, mas o Governo como gestor maior não tem experiência. E vai errar, sim. Ninguém é soberano, ninguém é Deus, ninguém faz as coisas sem nenhum erro. Vai errar, vai errar, e só erra quem faz.

A nossa obrigação, nós que somos usuários do Mato Grosso Saúde, nós que somos os maiores interessado, é, sim, apontar cada erro desse. E eu acho que a ocasião não é só criticar, mas procurar caminhos. Eu tenho visto aqui Presidente...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O senhor tem dois minutos.

O SR. HÉLIO LOPES - Já estou concluindo Deputada. Eu tenho visto aqui uma coisa também muito relevante, muito preocupante. Seis pessoas, se não me falha a memória, vieram aqui reclamar de problemas pontuais. Essas pessoas estão aqui, ocupando a tribuna, numa audiência pública, para falar de consulta, para falar em preço de consulta, para falar que tiveram problemas de ressarcimento. Ora, isso é um problema administrativo. Aquela administração está cobrando 35% por cento e não está sendo capaz de resolver. Vamos melhorar isso, Sr. Presidente! Não vamos tapar o sol com a peneira. Não vamos falar que está tudo bem, porque não está. Não adianta nós mostrarmos gráficos coloridos e bonitos aqui, porque esses gráficos não vão aliviar o sofrimento de quem não está sendo atendido. Esse gráfico aqui de nada vai adiantar se eu levá-lo ao filiado que não está tendo atendimento médico, para ele, para o filho dele, e mostrar que está tudo bem.

Sr. Presidente, nós temos que resolver a crise, aprendendo com ela, para que não ocorra novamente. É por isso que nós estamos aqui: para ajudar.

Concluindo, Deputada, eu gostaria de, em uma questão de encaminhamento, não ficar só na crítica construtiva. Vamos dar uma sugestão. Já que nós temos essa e várias oportunidades, muitas críticas pontuais, significa que alguma coisa não está funcionando. Vamos fazer funcionar. Eu estou sugerindo aqui que se pense em uma Ouvidoria formada por servidores para que esse tipo de problema seja resolvido no MT SAÚDE e não se tenha que esperar uma Audiência Pública, uma audiência com o Governador, como tem acontecido. Essa é a minha sugestão. Eu acho que esses problemas pontuais podem ser mitigados pelos servidores.

Outra coisa que a categoria está insistindo quanto aos servidores. Nós gostaríamos que os servidores do MT SAÚDE fossem perenes, não fossem indicados, não fossem estagiários, não fossem temporários, não fossem passageiros. Nós gostaríamos muito que esses servidores fossem efetivos. Nós gostaríamos que essas pessoas que estão hoje vestindo o uniforme do MT SAÚDE tivessem a oportunidade de prestar concurso público e se efetivarem, para que depois da sua gestão, depois da minha gestão, eles continuem idealizando o plano. Era o que eu tinha para falar. Era o que eu tinha para falar. Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Sr. Luís Augusto, tem uma pergunta ao senhor, já que vai usar da palavra: O Sindicato dos Médicos, diz o representante que assinou com o SESI VIDA não com o MT SAÚDE. Como significa que o MT SAÚDE vai voltar ou não a funcionar diante da posição de que o Sindicato assinou uma negociação com o SESI VIDA?

O SR. LUÍS AUGUSTO - Assinando com o SESI ele assina com o MT SAÚDE também, porque a rede que atende ao MT SAÚDE é a do SESI. Então, não há essa separação de MT

SAÚDE ou SESI VIDA. Aquele que é credenciado ao SESI VIDA tem por obrigação atender ao MT SAÚDE porque é nosso médico credenciado. Eu acredito que isso não vai acontecer.

Eu gostaria apenas de dizer, de deixar registrado, que o modelo escolhido pelo Governo de Mato Grosso para implementar a sua estrutura de saúde, de oferecimento de saúde aos seus servidores, foi perfeito. É a melhor solução existente. O MT SAÚDE é uma instituição criada de forma moderna, com o que existe de mais moderno em saúde suplementar no Brasil. O MT SAÚDE também adotou uma atitude correta no sentido de contratar uma empresa terceirizada que pudesse fazer o trabalho para essa instituição durante pelo menos os primeiros anos, ou primeiro ano, da sua existência. Não teria tido o MT SAÚDE capacidade de mobilizar e de credenciar uma rede tão grande quanto a rede do SESI Vida que, repito, já existe há quatorze anos, e nós levamos pelo menos cinco para criar essa rede dos quatorze.

Então, o Governo do Estado adotou posturas absolutamente corretas. E agora o MT SAÚDE precisa consolidar a sua estrutura, precisa consolidar a sua rede credenciada, adotar o credenciamento próprio. O Yuri já está trabalhando nisso, com apoio do SESI Vida, do SESI Departamento Regional de Mato Grosso, e eu acredito que vai dar certo.

As colocações que ouvi aqui são questões muito pontuais. As pessoas precisam entender que nós não estamos fazendo filantropia, nem o SESI, nem o MT SAÚDE. Ambas as instituições oferecem saúde suplementar, melhoram a condição de saúde dos funcionários do Governo do Estado, dos servidores públicos, do SESI e dos trabalhadores da indústria.

O Governo de Mato Grosso subsidia parte do custo dessa saúde que ele oferece. Isso é um benefício enorme que ele concebe, porém eu não posso dar ao servidor tudo, e nem nós no SESI fazemos isso no nosso modelo de plano, deixar liberado. Existem instrumentos de regulação que o Yuri falou aqui.

Hoje, na saúde, a cada dia que passa, surgem procedimentos novos, máquinas novas, equipamentos novos, caríssimos, que chegam a custar alguns milhões de reais, e, conseqüentemente, esses procedimentos, esses tratamentos custam muito caro.

Eu não posso deixar liberado, por exemplo, que uma pessoa que sente uma dor na unha vá ao médico a hora que ele quiser. Infelizmente, ninguém agüenta fazer isso.

Eu gostaria que os senhores fizessem algum teste, que fossem à UNIMED, que é um plano estritamente particular e público-privado, que vende para a comunidade em geral coisa que o MT SAÚDE nem o SESI Vida fazem. O SESI Vida é um plano direcionado para a categoria da indústria e o MT SAÚDE é um plano direcionado para servidores públicos. Vão à UNIMED e vejam quanto custaria um plano que hoje tem lá, que se chama Plano Fama, que é um plano que você pode fazer o que quiser sem custo nenhum. Eu peço aos senhores que façam essa experiência apenas para verem. Eu não estou aqui defendendo o meu colega Yuri, mas estou dizendo aos senhores a realidade. O SESI é uma instituição privada, que está no mercado. Existe o SESI e completará 60 anos no ano que vem, 30 em Mato Grosso, agora no dia 27 de novembro. Estamos na área de saúde há 15 anos e eu conheço bem essas questões.

Então, quero dizer aqui que os senhores devem lutar pelo MT SAÚDE, devem ajudar o Yuri a construir um plano de saúde sólido, um plano de saúde que seja sustentável para que os senhores tenham a garantia de ter um plano de saúde que consiga atendê-los na hora que precisarem, quando assim precisarem.

Essa greve, a Drª Cristina, com respeito à ausência dela, não gosta que fala que foi greve, mas foi uma paralisação. Havia uma questão puramente de honorários. Não havia outro motivo para que eles deixassem de atender. Essas questões foram resolvidas.

Eu assumi o SESI há 60 dias, com o intuito de resolver essa situação e hoje às 13:00 horas conseguimos acertar os últimos detalhes que faltavam da negociação.

O SESI Vida faz parte de um grupo chamado Unidas, que é uma associação que congrega 15 outros planos de saúde, outros programas de saúde e o SESI Vida acatou a negociação de valores, porém havia uma pendência de contratos, havia uma pendência nos termos do contrato de prestação de serviços. Esses termos do contrato o SESI Vida fechou hoje. Viemos aqui, inclusive fizemos questão de fechar isso antes, para chegar aqui e poder dizer aos senhores que a greve acabou, que nós vamos retomar as assinaturas dos contratos com prestadores de serviços. Espero que não tenhamos mais nenhum problema de paralisação ou de falta de atendimento.

Muito obrigado. Peço aos senhores que lutem pelo MT SAÚDE, porque o atendimento do SUS, e o Yuri frisou bem aqui, nós tiramos, SESI e MT SAÚDE de 40 a 45 mil pessoas atendidas pelo SUS e que não preciso dizer aqui as condições, os senhores conhecem, talvez até melhor que eu. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Como último orador, o Sr. Yuri Bastos, para as considerações finais.

Peço que seja bem objetivo, porque estamos com o tempo esgotado. Infelizmente, aqui hoje teremos uma sessão, inclusive com a convocação do Coronel Leovaldo Sales.

O SR. YURI BASTOS JORGE - Deputada Verinha Araújo, senhora e senhores servidores, imprensa, todos que nos assistem neste momento, quero, neste momento, enaltecer seu trabalho, agradecer a sua convocação.

Quero solicitar, pedir à senhora e a esta Casa de Leis, tenho muitos amigos aqui, que estejam mais presentes, acompanhando mais, chamando mais o problema para cá. É bom ter esse momento de discussão.

Agradeço a iniciativa da senhora. Isso vai ser importante. Eu gostaria muito que a senhora acatasse a sugestão de estar presente, de a Assembléia Legislativa estar presente conosco nessas negociações de valores. Nós não podemos negociar e gastar mais do que arrecadamos.

Agradeço ao Hélio pela posição firme. Posição às vezes até radical, mas é a maneira realmente de estar defendendo a sua classe.

Eu, durante esse tempo, às vezes, bati muito de frente com a Drª Cristina, pelo modo duro como ela batia em relação ao pagamento e à tabela dos médicos. E o senhor é mais ou menos semelhante, o senhor bate duro. E também convoco o senhor, apesar de todas essas sugestões, que vamos com certeza avaliá-las e adotá-las, dentro do possível.

Quero dizer aos senhores, a todos os servidores que, neste momento, nos assistem e que estão aqui presentes, que nós do MT SAÚDE... E aqui eu vejo a Eliane, Leonardo, Jaqueline, Alice, Nádia, Baruc que está ali. Estão lá o Paulinho, o Severo, os outros recém-chegados que eu não conheço ainda. Vejo o Guilherme lá em cima, o Ramon que nos dá assessoria. Estão aqui o Benedito, o Gilson. Quero dizer a todos vocês que nós do MT SAÚDE, todos os servidores do MT SAÚDE, fazemos um esforço sobre-humano para poder garantir o atendimento, e um bom atendimento.

A pesquisa de qualidade... Deputada Verinha Araújo, engrandece-me - para ser bem breve aqui, para não tomar o seu tempo, Vossa Excelência já me limitou -, como disse o Deputado João Malheiros, trabalhar no MT SAÚDE, demais da conta. Nós fomos Vereadores juntos, trabalhamos juntos.

Quando entrei no Executivo, senti a diferença de poder ver, enxergar alguma coisa e conseguir tirar isso do papel. E nós conseguimos tirar o MT SAÚDE do papel. Eu ouvi há algum tempo algumas pessoas dizendo: “Ah, vamos ver se vai dar certo, se vai, não sei o quê...” E aquilo me magoava muito aqui dentro, porque para mim já deu certo.

Essas pessoas que entraram no MT SAÚDE, entraram por livre escolha. E até no período da paralisação estavam entrando, continuam entrando, porque acreditam, não só neste

Governo, mas acreditam acima de tudo que podem construir em conjunto alguma coisa sólida, duradoura e que vai garantir qualidade de vida e defender a sua saúde, a dos seus filhos e a dos seus entes queridos.

Então, é nisso que se resume o MT SAÚDE. Vocês têm que defender e muito, com unhas e dentes. Como o senhor colocou aqui, eu sou passageiro. Eu aceito muitas sugestões, críticas. Eu disse ao senhor lá. Ligue e registre a reclamação. Falo, olhando a televisão agora. Todos os usuários liguem e registrem a reclamação, apesar de todas as pesquisas indicarem que o atendimento tem sido de qualidade e as pessoas estão satisfeitas. E eu vou ver. Visito pessoalmente nos hospitais as pessoas e vejo muitas delas chorando quando a musicoterapeuta vai lá para fazer uma sessão de musicoterapia.

Eu quero dizer a todos vocês que durmo feliz, tranqüilo, com a consciência tranqüila. Estamos fazendo um esforço sobre-humano. Trabalhamos sábado, já trabalhamos até às 21:00 horas, às 22:00 horas, já trabalhamos no feriado, vários sábados e domingos, inclusive, fazendo prevenção, para podermos garantir a todos vocês isso que vocês tem hoje, qualidade no atendimento médico aos que entram no Hospital Santa Rosa, na Clínica Femina, no Hospital Jardim Cuiabá, no Hospital São Mateus, no Hospital São Lucas, no CEDIC, para fazer um Raio X, na hora que fazem gastropatia.

Deputada Verinha Araújo, existe uma fila no Sistema Único de Saúde para fazer gastropatia. O MT SAÚDE jamais recusou alguma cirurgia de gastropatia. Já fizemos dezenas, estamos chegando a centenas de cirurgias de gastropatia. Então, é isso que nos deixa feliz.

E dou uma sugestão para vocês do Sindicato, do Fórum, vocês que defendem os servidores públicos, marquem no MT SAÚDE uma reunião mensal, bimestral, se for o caso, semanal... Eu tenho reunião gerencial com o SESI toda quarta-feira e cobro deles com os problemas que temos e cobro veementemente que todos os problemas sejam solucionados. Convoco todos vocês aqui, façam, marquem conosco, marquem o dia, escolham o dia: "Yuri, tal dia vai ser a reunião de todos os sindicatos, ou do fórum, com vocês aí, para estarmos deliberando sobre essas questões."

No mais, eu agradeço mais uma vez a Assembléia Legislativa.

Deputada Verinha Araújo, é louvável! Vossa Excelência está de parabéns, apesar de termos tido altas brigas na Câmara Municipal, e por algum momento eu achei que essa briga afetaria o lado pessoal, mas jamais afetou. E, hoje, aqui eu louvo o seu trabalho. Vossa Excelência é uma mulher de luta, defende, Vossa Excelência tem suas idéias. Apesar de tudo isso que está acontecendo no PT, eu acredito que no PT tem gente boa dentro do Partido, assim como dentro do PFL tem muita gente boa também, no PSDB, em todos os Partidos. O Brasil é composto por pessoas íntegras, por gente boa, sim, como por gente ruim.

Lá no MT SAÚDE eu posso dizer que quase a maioria é de gente boa, que está lutando por uma única causa, que o MT SAÚDE seja aquilo que nós propusemos no passado que ele venha ser.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos nós (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigado, Sr. Yuri, quero te agradecer e agradecer o Sr. Hélio Lopes, representando o Fórum dos Servidores Públicos, o Dr. Luiz Augusto, a Drª Maria Cristina, o Dr. Eduardo, os Deputados Estaduais, a todos os servidores públicos que aqui compareceram do MT SAÚDE, os Sindicatos, a nossa Assembléia Legislativa e a imprensa.

Esta Audiência, na verdade, propiciou àqueles que assistiram pelo Canal 36, da TV Assembléia, as informações e suas questões.

E, o que nós queremos, na verdade, Sr. Yuri, é melhorar o serviço público.

Então, nós agradecemos a presença e esperamos que esta Audiência tenha propiciado com que melhore cada vez mais o MT SAÚDE.

E aqui ficou a solicitação do concurso público, para que vocês realizem. Realmente, tem que ter um instituto público para o povo, sem atender interesses de qualquer um que por lá passe.

Muito obrigada e uma boa-tarde a todos e a todas (PALMAS).

Está encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques;
  - Ila de Castilho Varjão.